



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – DCSA
COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

ANDREIA SANTOS NERES

**UM ESTUDO SOBRE O TRABALHO INFORMAL E A SUA
EVOLUÇÃO NO BRASIL**

VITÓRIA DA CONQUISTA,

2014

ANDREIA SANTOS NERES

**UM ESTUDO SOBRE O TRABALHO INFORMAL E A SUA
EVOLUÇÃO NO BRASIL**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial para a aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas.

ORIENTADOR: Prof. Msc. Marcos Antônio T. Soares

VITÓRIA DA CONQUISTA,
2014

N363e Neres, Andreia Santos.
Um estudo sobre o trabalho informal e a sua evolução no
Brasil / Andreia Santos Neres, 2014.
67f.: il.
Orientador (a): Marcos Antônio T. Soares.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação),
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia,
Vitória da Conquista, 2014.
Referências: f. 66-67.

1. Trabalho informal – História - Brasil. 2. Trabalho
– Setor informal - Brasil. I. Soares, Marcos Antônio T.
II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III. T.

ANDREIA SANTOS NERES

**UM ESTUDO SOBRE O TRABALHO INFORMAL E A SUA
EVOLUÇÃO NO BRASIL**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial para a aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

Prof. Msc. Marcos Antônio T. Soares

Orientador

Examinador (a)

Examinador (a)

*“Ontem um menino que brincava me falou
que hoje é semente do amanhã”*

(Gonzaguinha)

AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer o bem recebido. É perceber quão necessárias foram as ajudas que recebi durante a realização desse trabalho. É ter a certeza de que não estive só nessa caminhada.

Entretanto, existem agradecimentos que não cabem em uma só palavra, sendo necessário enfatizar junto a outras palavras como tentativa de demonstrar a gratidão que se sente.

Portanto, agradeço infinitamente ao meu bom Deus, por todas as oportunidades e permissões que me foram concedidas. Sem a presença do meu Senhor em minha vida eu nada seria. Desse modo, sejam para Ele toda honra e toda glória para sempre.

Agradeço a minha querida mãe, a qual foi fundamental para a minha vontade de realização desse trabalho. Agradeço, por sua paciência, seus cuidados, sua torcida, pelo seu abraço e conselhos nos momentos em que pensei em desistir. Obrigada pelo seu amor incondicional. Eu te amo muito e dedico essa conquista a ti.

Ao meu professor orientador, Marcos Tavares, por sua paciência e prontidão em me auxiliar. Muito obrigada, professor, por sua contribuição indispensável para a concretização desse trabalho.

Agradeço também aos meus colegas de trabalho, em especial agradeço a Sílvia Machado, por sua parceria e por sua compreensão em relação as minhas faltas ao trabalho, além dos ensinamentos que levarei comigo onde quer que eu vá. Obrigada, Sil, por sua amizade.

Aos meus familiares e amigos que de forma direta ou indireta contribuíram e acreditaram no meu potencial.

“Que todo o meu ser louve ao Senhor, e que eu não esqueça nenhuma das suas bênçãos.” Salmos 103:2.

Gratidão eterna!

RESUMO

Observa-se que no mercado de trabalho da economia brasileira a ocupação se estrutura de forma desigual. De um lado se tem uma parte dos trabalhadores assalariados e gozando de direitos trabalhistas e, do outro lado, estão os trabalhadores que não gozam dos direitos e benefícios trabalhistas ainda que assalariados ou vinculados a reprodução do capital. Estes trabalhadores estão inseridos no grande número heterogêneo de atividades informais, que muitas vezes são criadas como alternativas de sobrevivência para aqueles que se encontram a margem do trabalho formal. Portanto, o objetivo desta monografia é compreender a relevância do trabalho informal dentro do sistema capitalista, especialmente no Brasil, através do seu surgimento e expansão, bem como apresentar e discutir as diferentes formas de conceituar o trabalho informal e, por fim, através dos dados apresentados nas pesquisas ECINF (1999/2005), fazer uma análise crítica do processo de evolução da informalidade no Brasil. Para tanto, foram apresentadas a problemática da informalidade em países subdesenvolvidos industrialmente, tomando como referencial os estudos da OIT (2006), Krein e Proni (2010), Cacciamali (1982 e 2000), Soares (2008), entre outros. Para a realização dessa monografia foi utilizada uma abordagem crítica e descritiva com a metodologia voltada para a pesquisa bibliográfica, a qual se deu através de livros, artigos e sites especializados da internet, sempre atribuindo um enfoque especial para os autores Karl Marx (1996 e 1978), Cacciamali (1982 e 2000) e Soares (2008), na análise crítica. Diante do estudo realizado constata-se que o capitalismo, sempre em favor de sua reprodução, encontra também no trabalho informal meios de promover o seu processo de acumulação, fazendo da informalidade mais uma estratégia de exploração do trabalho e, conseqüentemente, da geração de mais valia. O trabalho informal, portanto, é algo inerente ao sistema capitalista.

Palavras-chave: Trabalho; exército industrial de reserva; processos de informalidade; setor informal.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CUT – Central Única do Trabalhadores

ECINF – Economia Informal Urbana

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PEA – População Economicamente Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PME – Pesquisa Mensal de Emprego

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PREALC – Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População ocupada segundo categorias sócio-ocupacionais.....	28
Tabela 2 - Brasil: Evolução da População Economicamente Ativa, da condição de ocupação e do desemprego, 1940/80.....	45
Tabela 3 - Brasil: Evolução da População Economicamente Ativa, da condição de ocupação e do desemprego, 1989/95 (em %).....	47
Tabela 4 - Pessoas ocupadas por tipo de empresa informal por regiões do Brasil – 1997...	49
Tabela 5 - Pessoas ocupadas em empresas do setor informal por tipo de ocupação no Brasil – 1997.....	50
Tabela 6 - Evolução do número de empresas informais e das pessoas ocupadas	52
Tabela 7 – Variação anual da taxa de crescimento e da taxa de desemprego no Brasil entre os anos de 1997 e 2003	52
Tabela 8 - Pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, por posição na ocupação 1997-2003.....	53
Tabela 9 - Taxa de Desemprego e de Informalidade 2002-2011.....	54
Tabela 10 - Pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, por posição na ocupação, segundo o sexo - Brasil 2003	56
Tabela 11 – Ocupação em empresas do setor informal por conta própria, empregados sem carteira assinada e não-remunerados segundo o grau de instrução – Brasil 2003.....	57
Tabela 12 - Pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, por posição na ocupação de conta própria, empregados sem carteira assinada e não remunerados, segundo os grupos de atividade - Brasil 2003	58
Tabela 13 - Pessoas ocupadas em empresas do setor informal na ocupação de conta própria segundo grupo de atividade - Brasil 1997 e 2003.....	59
Tabela 14 - Pessoas ocupadas nas empresas do setor informal por sexo segundo os grupos de atividade - Brasil 2003	60
Tabela 15 - Rendimento médio do trabalho das pessoas ocupadas nas empresas do setor informal por sexo, segundo características selecionadas - Brasil 2003.....	61

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 O TRABALHO E SUAS TRANSFORMAÇÕES.....	14
1.1 Trabalho e o meio social.....	14
1.2. Trabalho produtivo e improdutivo	15
1.3 Exército Industrial de reserva e superpopulação relativa	18
1.4 A racionalização do trabalho e sua atualidade	21
1.5 O desemprego no sistema capitalista	26
2 TRABALHO INFORMAL	30
2.1 O trabalho informal segundo a OIT	31
2.2 Outras contribuições para o entendimento sobre o trabalho informal	36
<i>2.2.1 O trabalho informal sob a questão da legalidade</i>	<i>38</i>
<i>2.2.2 O trabalho informal segundo estudos de Cacciamali</i>	<i>39</i>
<i>2.2.3 Em conformidade com a visão marxista.....</i>	<i>41</i>
3 A INFORMALIDADE NO BRASIL	43
3.1 Recorte histórico da informalidade no mercado de trabalho do Brasil	44
3.2 Considerações acerca da ECINF 1997/2003.....	49
3.3 Características da informalidade no Brasil	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERÊNCIAS	67

INTRODUÇÃO

O objetivo desta monografia é compreender as razões do surgimento e expansão do trabalho informal, especialmente na economia brasileira. Para tanto será realizada uma investigação sobre o papel do trabalho no capitalismo, bem como serão apresentadas algumas interpretações de autores brasileiros, como Cacciamali, Soares, Krein e Proni, etc, sobre a temática e por fim será realizada uma análise crítica das pesquisas sobre economia informal (ECINF) do IBGE de 1997 e 2003.

Neste sentido, é apresentado a esta pesquisa o desenvolvimento de fundamentações teóricas trabalhadas através de um conteúdo sólido, capaz de absorver a sua dinâmica e funcionamento por meio de um mecanismo analítico concentrado em uma perspectiva contínua da temática estudada neste trabalho de conclusão de curso.

A economia informal, desde os anos 1970, é um dos assuntos que vem ganhando espaço dentro do sistema econômico. Diante da crise do capital, o movimento capitalista adota como medida de defesa a acumulação flexível, uma nova forma de racionalização do trabalho, composta pela flexibilização das leis trabalhistas, terceirização, informalidade, entre outros fatores que implicaram diretamente para a precarização do trabalho.

Nesse contexto, serão abordadas as contradições do modo de produção capitalista, uma vez que o próprio sistema ao buscar alternativas de aumento da produtividade, concentrando os ganhos nas mãos de uma minoria capitalista, leva um grande contingente de trabalhadores a viverem sob condições precárias.

O trabalho informal é percebido como uma possibilidade de garantir a sustentabilidade de trabalhadores que se encontram à margem da formalidade. Pois, o trabalho informal, além de facilitar ao trabalhador uma ocupação no mercado de trabalho, é gerador de renda e, conseqüentemente, “contribui” para a redução dos impactos da problemática do desemprego da força de trabalho, resultante da ânsia acumulativa de capital.

Em sua íntegra se caracteriza como uma atividade praticada pelo indivíduo sem garantias constitucionais, no entanto, há de se observar que esta prática influencia a economia no todo, certo de que a dinâmica do capital também retira a sua parcela de ganhos no trabalho informal.

O presente estudo se desenvolveu através da pesquisa bibliográfica, utilizando-se dos estudos da OIT (2006), Krein e Proni (2010), Cacciamali (1982 e 2000), Soares (2008), etc, para a realização de uma abordagem discursiva do tema e, posteriormente, das pesquisas

intituladas de Economia Informal Urbana - ECINF de 1997 e 2003 para a apresentação dos dados sobre a informalidade no Brasil.

A importância de realização desse estudo se encontra no fato de perceber a grande desigualdade que existe na relação social capital x trabalho, que ao longo dos anos sofre transformações que em nada são positivas ao trabalhador, este sempre colocado em situação desigual em relação ao capitalista.

No primeiro capítulo do presente trabalho será realizada uma observação, a partir da revisão bibliográfica adotada, sobre os elementos da relação capital x trabalho. Será percebida a construção do exército industrial de reserva, os fenômenos motivadores para a proliferação do trabalho informal e sua precariedade, bem como o papel do trabalho no processo de acumulação de capital, discutindo as funções que esse trabalho assume quando produtivo ou improdutivo ao capital na perspectiva marxista.

A partir do segundo capítulo poderá ser visto de forma mais abrangente a consolidação do trabalho informal como meio de subsistência, e também como parte do fator de produção capitalista. Sob a visão da OIT (2006), serão apresentadas inicialmente as possíveis definições acerca do trabalho informal, e em debate também serão postas as visões de autores como Cacciamali (1982 e 2000), Soares (2008), Krein e Proni (2010), a fim de mostrar a complexidade de definição do trabalho informal.

Na terceira parte do trabalho é proposta a apresentação de alguns dados referentes ao Brasil como forma de explicar a evolução da informalidade, e a sua persistência em se fazer presente ainda que a economia esteja em um momento de crescimento. Pretende-se nesse capítulo dar uma atenção maior para os resultados voltados aos trabalhadores por conta própria.

Dessa maneira, esse trabalho monográfico propõe verificar o trabalho informal de forma teórica como este se relaciona direta ou indiretamente ao modo de produção capitalista. Levando em consideração as relações de trabalho, sejam atividades desenvolvidas para a subsistência, sejam as atividades onde estabelece ligações diretas ou indiretas com o capital.

Seguindo essa perspectiva de uma atuação mais determinada deste conteúdo, esta monografia possui o seguinte problema: Como se dá o desenvolvimento do trabalho informal através do modo de produção capitalista? Qual a relação que a informalidade possui com a formalidade e com o processo de acumulação de capital?

A problematização acima necessita de um processo analítico mais aprofundado diante das questões norteadoras apresentadas neste trabalho de conclusão de curso, no entanto é de fundamental importância observar a seguinte hipótese: O surgimento, manutenção e expansão

do trabalho informal se dão pela própria dinâmica capitalista na sua incessante busca pelo aumento de produtividade e redução de custos, através da exploração da força de trabalho, a qual é a geradora de valor para o capital, assim como afirma o pensamento marxista. Contudo, devido às contradições existentes nessa dinâmica, se faz crescente o número de trabalhadores informais dentro do sistema.

Uma das observações que se pode ter, principalmente quando da legalização do trabalhador informal é o de encontrar neste a figura do capitalista, em razão disso, esse trabalho tende a apresentar as relações de trabalho que possa haver entre o trabalho informal e o capital. Com o objetivo de verificar a relação informal no modo de produção capitalista, focando primordialmente as transformações ocorridas no mercado de trabalho, mostrando como surge o trabalho informal, apresentando os distintos conceitos que a literatura lhe atribui, e posteriormente, avaliando e caracterizando notadamente, em particular, o trabalho informal no Brasil, através das pesquisas ECINF. Por fim, o trabalho será concluído com as considerações finais apresentando uma análise crítica fundamentada no estudo em questão.

1 O TRABALHO E SUAS TRANSFORMAÇÕES

Para uma melhor compreensão sobre o trabalho é interessante que exista um conhecimento sobre a sua dinâmica de formação, desde as relações sociais de produção até o estabelecimento da informalidade, o qual será verificado nesse estudo.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa será abordado inicialmente algumas definições que tratam o tema trabalho e suas extensões, verificando a importância dessa abordagem para um melhor entendimento do tema central, trabalho informal.

1.1 Trabalho e o meio social

A evolução humana está associada ao trabalho, uma vez que a realidade humana está ligada as transformações da natureza como efeito, inicialmente, de sobrevivência. Em uma ótica mais precisa e afirmativa, o homem ao transformar a natureza induz uma transformação individual que levará também a transformação do ser social como o todo. Para Lessa (2012, p.31) “o trabalho é o intercâmbio orgânico do homem com a natureza”. É visto, portanto, como a força motriz entre homem e natureza.

O homem possui em sua essência a capacidade de planejar e executar o seu plano dentro do tempo e espaço necessário conforme o seu desejo. Essa capacidade o diferencia dos demais animais da natureza, no entanto, esse poder de planejamento e execução, através do processo histórico-cultural das classes, leva a uma tendência do modo de produção, onde antes o mesmo indivíduo que idealizava um plano também participava do processo de execução, agora é visto que nem sempre o mesmo que planeja é também o executor da ideia.

Essa dinamização do trabalho leva o indivíduo a uma acumulação de conhecimentos, o que interfere de forma aparentemente positiva no meio social. Pois, o homem ao transformar a natureza, automaticamente não será o mesmo, também sofrerá uma transformação, o que estará diretamente ligado à transformação do ser social, criando a partir de sua idealização uma nova situação, uma nova necessidade, como explica Lessa (2012):

Toda nova situação criada pela objetivação possui uma dimensão social, coletiva. Não apenas o indivíduo se encontra em uma nova situação, mas toda a sociedade se encontra diante de um novo objeto, o qual abre novas possibilidades para o desenvolvimento de toda a sociedade. Não apenas o indivíduo, mas também a sociedade, evoluiu. O objeto construído pelo trabalho do indivíduo possui, portanto, uma ineliminável dimensão social: ele

tem por base a história passada e faz parte da vida da sociedade. (LESSA, 2012, p.33).

Essas novas necessidades que são criadas a partir da idealização e execução desencadeia em novas funcionalidades que serão transmitidas, ou melhor, divididas entre os indivíduos da sociedade para o processo de execução, estabelecendo, portanto, a divisão social do trabalho.

No entanto, diferente da divisão social tratado até aqui, dentro do sistema capitalista está inserido a divisão fracionada do trabalho, que é a forma de se obter a máxima eficiência da força de trabalho para incidir sobre o aumento dos lucros, essa dinâmica acarretará no aumento de produção, porém, haverá o barateamento da força de trabalho e a fragmentação de conhecimento por parte do trabalhador, como aponta Marx (1996) em sua afirmação ao exemplificar essa divisão do trabalho dentro da produção¹ de carruagens, ele diz que a parcialização do trabalho limita o trabalhador de utilizar a sua capacidade técnica de produção numa totalidade, tornando-os alienados no processo de produção.

Assim, verifica-se a importância do trabalho para a construção do homem e automaticamente do ser social. Ao transformar a natureza ele também se transforma e implica na transformação do meio. No entanto, com a evolução do sistema capitalista o trabalho em sua forma parcializada tende a ser transformado em uma fonte de exploração de sua força, atribuído a divisão de classes.

1.2. Trabalho produtivo e improdutivo

Salvo as considerações realizadas no ponto anterior sobre o trabalho e o meio social, o primeiro sendo o centro das atividades humana e a condição de transformação do homem em seu processo histórico, agora será observada a definição e diferenças acerca de trabalho produtivo e improdutivo. Para Marx (1996)

[...] trabalho é um processo entre o homem e a Natureza [sic], um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. [...] Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. (MARX, 1996, v.1, p.197).

¹ Ler O Capital, capítulo XII, “Divisão do trabalho e manufatura” (MARX, 1996).

Logo, é através do trabalho que é estabelecida a relação do homem com a natureza; que uma vez modificada pela atividade humana, proporciona a modificação do homem, que historicamente é propiciado as relações sociais. Dessas relações, no que tange o processo produtivo, há o planejamento, a execução e a criação de um produto útil e necessário para a vida material do homem. Assim, o objetivo fim da atividade do homem é a concretização do seu produto final e que possua valor de uso, o que, sob essa ótica, seria um trabalho produtivo.

No entanto, dentro das relações de produção capitalista, o trabalho está para além da simples produção de uma mercadoria, “se antes a produção estava voltada para a satisfação da comunidade local, agora, no novo modo de produção em desenvolvimento, a produção de mercadoria passa a ser regra dominante” (SOARES, 2008, p.35). Pois, o trabalho é a própria força de trabalho sendo empregada na produção, onde o capitalista toma (compra) essa força como valor de uso, caracterizado como mercadoria, para o provimento de outras mercadorias que possuam valor de troca. Sendo assim, Marx (1996, v.1, p.37) afirma que “o valor de uso da força de trabalho consiste precisamente na capacidade, que lhe é exclusiva, de criar um valor de grandeza superior à sua própria”.

Dessa maneira, a força de trabalho humana torna-se materializada ou objetivada em valor de uso, sob o controle do capitalista. Marx (1978, p.11) dirá que “a determinação formal do valor de uso converte-se aqui em algo essencial para o desenvolvimento da relação econômica, da categoria econômica”. Seguindo esse pensamento, o trabalho deve ser verificado conforme a sua forma social e não apenas na sua forma técnica.

O modo de produção capitalista ao se desenvolver rompe a relação entre trabalho e meios de produção, obrigando o detentor da força de trabalho vendê-la ao proprietário dos meios de produção em troca de salário. Aqui a força de trabalho é incorporada ao capital no processo de produção, a qual será o grande trufo do capitalista na geração de mais valia², ou seja, valorização do capital³ total. Logo, trabalho produtivo é aquele que além de produzir salário também produz excedentes que garantem a reprodução do capital, isto é, produzem mais valia.

Nesse contexto, o capitalista monta todo o cenário necessário à obtenção da sua lucratividade, uma vez que toda a força produtiva passa a ser controlada e utilizada conforme o seu interesse na exploração do trabalho para geração de mais valia. É válido ressaltar que o

² É o valor do trabalho não pago ao trabalhador. A mais valia pode ser absoluta, a qual consiste na intensificação do ritmo de trabalho, e a mais valia relativa que é o incremento da produção através de inovações técnicas (MARX, 1996, v.1)

³ Significa incremento do capital adiantado mediante produção de mais-valia (MARX, 1996, v.1, p. 40).

capital está para o trabalhador como força produtiva social do trabalho, mas diante do capital o trabalho produtivo é apenas o trabalho individual do trabalhador. Uma vez que trabalho que produz valor será sempre o trabalho do indivíduo sendo apresentado como trabalho geral.

Marx (1978) explica que para o processo capitalista de produção de um produto fim, o trabalho é operado de forma socialmente combinada. É a junção de diferentes tipos de trabalho que atuam a sua maneira no processo imediato da produção de mercadorias. Nesse processo, o trabalhador se troca por dinheiro como dinheiro ou dinheiro como capital, onde o trabalho produtivo será o trabalho assalariado que produz mais valia, valor necessário à reprodução do capital. Nas palavras de Marx “é produtivo o trabalhador que executa trabalho produtivo, e é produtivo o trabalho que gera diretamente mais valia, isto é, que valoriza o capital” (MARX, 1978, p.71).

Assim, fica claro afirmar que trabalho produtivo está essencialmente ligado ao processo produtivo capitalista (geração de valor e mais valor), onde a troca da força de trabalho por dinheiro é convertida pelo capitalista em capital, ainda na produção, essa força é determinada a gerar mais valia, a qual implicará em ganhos quantitativos no valor de troca no processo final da produção. Dessa maneira, o entendimento que se tem com relação ao trabalho improdutivo é que este não gera mais valia.

No entanto, há exemplos de um mesmo tipo de trabalho que tanto pode ser de caráter produtivo ou improdutivo, como visto em Marx (1978)

Uma cantora que entoia como um pássaro é um trabalhador improdutivo. Na medida em que vende o seu canto é assalariada ou comerciante. Mas, a mesma cantora, contratada por um empresário (*entrepreneur*), que a faz cantar para ganhar dinheiro, é um trabalhador produtivo, já que produz diretamente capital. (MARX, 1978, p.76).

A produção do capital está associada à compra da força de trabalho convertida em capital para, além do valor de uso, a produção de valor de troca. Uma vez que o empresário apropria-se da voz da cantora, ele está usufruindo da sua força de trabalho para os seus ganhos quantitativos finais.

Um trabalho que não gera mais valia, isto é, não valoriza o capital, ele é de caráter improdutivo, mesmo que exista o dinheiro como intermediador da troca, esse trabalho está destinado apenas ao consumo imediato, ele não produz valor de uso para o processo de reprodução do capital. Nesse tipo de trabalho, o qual Soares (2008) chamará de “trabalho informal improdutivo”, não está evidente a relação capital x trabalho, isto é, não é perceptível a compra e venda da força de trabalho no processo de articulação capitalista.

No entanto, é válido ressaltar que dentro do sistema capitalista, além dos trabalhos considerados como produtivos (produzem valor) e improdutivos (não produzem valor), existem trabalhos que não se enquadram dentro dessas categorias, sendo conhecidos como “trabalhos funcionais”. Nessa classificação, os trabalhadores não vendem a sua força de trabalho, ou seja, não participam do processo de valorização do capital, apenas trabalham de forma a garantir a sua sobrevivência, como explica Soares (2008):

[...] geralmente desenvolve atividades de sobrevivência, podendo se encontrar na esfera da produção de bens de consumo como: trabalhadores rurais que se dedicam às atividades voltadas para a esfera da produção; vendedores ambulantes; aqueles que realizam pequenos empreendimentos familiares, sejam eles urbanos ou rurais. Todos eles têm, em comum, a atividade voltada para a subsistência, e não visam a acumulação. (SOARES, 2008, p.120).

Embora os trabalhadores funcionais ou os informais improdutivos não estejam diretamente ligados ao modo de produção capitalista (reprodução de valor), indiretamente eles fazem parte do processo de circulação do capital, sendo também, assim como os trabalhadores produtivos, essenciais para o funcionamento geral da dinâmica do sistema capitalista.

1.3 Exército Industrial de reserva e superpopulação relativa

O estudo sobre a formação do exército industrial de reserva ou superpopulação relativa é primordial para alavancar o entendimento sobre o mercado de trabalho dentro do tema⁴ proposto, uma vez que parte dos trabalhadores que foram apresentados na seção anterior constitui o chamado “exército industrial de reserva”. Para tanto, o estudo será realizado com enfoque na obra de Karl Marx, *O Capital*⁵.

Marx (1996), em seu estudo, apresenta como análise inicial a composição do capital e as transformações do seu processo de acumulação, trazendo o valor e a matéria como parte funcional do processo de produção. Nessa composição ele define a existência da composição segundo o valor, a qual se trata da divisão do capital em constante e variável⁶, e a composição técnica que é a relação dos meios de produção e força de trabalho, existindo, portanto, uma relação entre as duas composições. No entanto, para Marx (1996), a composição técnica é que

⁴ Trabalho Informal.

⁵ Conjunto de livros escritos por Karl Marx, onde este faz críticas ao capitalismo.

⁶ Capital constante se refere ao valor dos meios de produção e capital variável corresponde ao valor da força de trabalho. (MARX, 1996).

determina a composição segundo o valor, a qual ele chama de “composição orgânica do capital”.

Analisando as relações existentes na composição orgânica do capital, se observa que se existir uma alteração da composição técnica, automaticamente haverá também uma alteração na composição orgânica do capital, no entanto, se essa composição se mantiver inalterada proporcionará um aumento da força de trabalho na produção, sob o incremento do capital. Nas palavras de Marx (1996):

Suponhamos que, além de mantidas constantes as demais circunstâncias, a composição do capital permaneça inalterada, ou seja, que determinada massa de meios de produção ou de capital constante requeira sempre a mesma massa de força de trabalho para ser posta em movimento, então cresce evidentemente a demanda de trabalho e o fundo de subsistência dos trabalhadores proporcionalmente ao capital, e tanto mais rapidamente quanto mais rapidamente cresce o capital. (MARX, 1996, v.2, p.246).

Dessa maneira, esse processo contínuo resultaria na elevação dos salários, uma vez que grande parte dos trabalhadores estaria empregada, essa seria uma forma de assegurar a reprodução em grande escala do modo de produção. Porém, o capitalista utiliza vários caminhos para não permitir que ocorra a elevação dos salários, um desses caminhos é realizado através das técnicas de produção e aquisição de tecnologia aperfeiçoada, que possibilitam maior quantidade de mercadorias em menor tempo de produção.

É visto que o processo de acumulação do capital é a forma simples de reprodução dos meios de produção, no entanto, Marx (1996) aponta que a concentração de capital é a sua reprodução em grande escala, e que dessa concentração de capitais se tem a sua centralização, pois é a partir do aumento de capitais individuais que se tem o crescimento do capital social.

Entretanto, a acumulação do capital se dá para poucos, devido à concorrência existente entre os próprios capitalistas, onde os mais fortes extinguem os mais fracos. Outro fator apontado por Marx (1996) como motivador da acumulação é o sistema de crédito, afirmando que, o sistema de crédito “se torna uma nova e temível arma na luta da concorrência e finalmente se transforma em enorme mecanismo social para a centralização dos capitais” (MARX, 1996, v.2, p.258). Essa centralização dos capitais provoca mudanças na composição orgânica do capital, uma vez que ela implica na distribuição dos capitais, provocando, por fim, uma redução da demanda da força de trabalho. Essa dinâmica tenderá a diminuir o capital variável em relação ao capital constante, motivando um aumento da população trabalhadora sem ocupação.

É possível afirmar que o processo de centralização do capital, ao mesmo tempo em que proporciona o aumento da produtividade, diminui o número de empregos, provocando a existência excedente de trabalhadores desempregados, os quais são pertinentemente necessários dentro do sistema capitalista de acumulação, uma vez que a transferência de capital variável para capital constante resulta, não apenas em maior exploração da força de trabalho (gerando “mais valia”), como também proporciona o aumento do desemprego. Para Marx, esse excedente é:

[...] a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa. Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional. (MARX, 1996, v.2, p.262-263).

Portanto, essa superpopulação ou exército industrial de reserva que passa a existir a partir da concentração de capital, nada mais é do que um fator primordial para que aconteça a reprodução do capital, é um modo de garantir ao capitalista uma grande quantidade da oferta da força de trabalho, a qual, conseqüentemente, se torna barata em sua abundância, e a sua utilização, subordinada ao interesse do capitalista, se dará em procedência do ciclo industrial.

Verificando as mudanças no ciclo industrial, sejam elas relacionadas a recessão, ascensão ou estagnação, Marx (1996) dirá que o exército industrial de reserva apresentará comportamentos diferenciados na manutenção funcional da lei da oferta e da procura de trabalho subordinados a exploração e ao interesse capitalista.

Dentre os comportamentos da superpopulação relativa Marx (1996) aponta a “forma flutuante” onde, a depender da demanda de produção, os trabalhadores ora estão empregados ora desempregados. É comum dessa forma os casos relacionados aos menores aprendizes que ao chegarem a idade adulta são integrados a superpopulação relativa flutuante, ou ainda os casos de trabalhadores submissos a determinada área de produção, que são considerados velhos para o mercado de trabalho, ficando na reserva para um momento de grande procura pela mão de obra.

Outra forma que Marx (1996) apresenta é a chamada “latente” onde predomina a transição de trabalhadores do campo para as cidades. Uma vez que a produção capitalista adentra a área rural incrementando os maquinários e novas técnicas de produção, há uma diminuição do trabalho humano nessa área, o que leva os trabalhadores que ali estavam a migrarem para as cidades em busca de trabalho. No entanto, os centros urbanos não estão integrados a absorverem toda a mão de obra disponível no mercado, ocasionando a esses

trabalhadores oriundos do campo a permanecerem sob a forma latente da superpopulação relativa.

A terceira forma que Marx (1996) expõe em seu estudo é a “estagnada”, essa “constitui parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação completamente irregular” (MARX, 1996, v.2, p.272). Essa categoria está ligada ao objeto de estudo desse trabalho, uma vez que se observa, em tempos atuais, a crescente composição do trabalho informal sob a precarização das condições de trabalho resultantes da proliferação dessa camada da superpopulação relativa, a qual engloba aqueles que não tiveram o sucesso de ingressarem no mercado formal, bem como aqueles que se encontram de forma estacionária dentro do mercado. Além disso, essa população, que não possui direitos trabalhistas nem condições adequadas de trabalho, se encontra sujeita ao processo de pauperização, devido ao seu crescimento excessivo. Nas palavras de Marx (1996)

[...] Sua condição de vida cai abaixo do nível normal médio da classe trabalhadora, e exatamente isso faz dela uma base ampla para certos ramos de exploração do capital. É caracterizada pelo máximo do tempo de serviço e mínimo de salário. Ela absorve continuamente os redundantes da grande indústria e da agricultura e notadamente também de ramos industriais decadentes, em que o artesanato é vencido pela manufatura e esta última pela produção mecanizada. [...] O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e ambos constituem uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. (MARX, 1996, v.2, p. 272-273).

Dessa maneira, essa superpopulação relativa ou exército industrial de reserva é uma fonte de reserva para o processo de acumulação capitalista, condicionada a viver sob o trabalho informal, limitados a sua forma mais precária. Entende-se como mercadoria a disposição do interesse capitalista, a depender da situação da economia, esses trabalhadores ora são recrutados ora são descartados. Portanto, essa grande massa de trabalhadores, limitados à necessidade de sobrevivência, se tornam fantoches nas mãos dos capitalistas.

1.4 A racionalização do trabalho e sua atualidade

Após a verificação do movimento do sistema capitalista em gerar o chamado “exército industrial de reserva”, seguindo o pensamento de Marx, será realizado nesta seção um estudo sobre a racionalização do trabalho. Outro fator que tem a sua parcela de contribuição para o

entendimento do tema central – Informalidade – servindo de base teórica para tal compreensão.

Visto em Marx (1996) que o capital global corresponde a soma do capital variável e do capital constante, certifica-se que a relação existente entre o global e a mais valia leva ao entendimento de que há uma tendência decrescente na taxa de lucro, pois, quando há o aumento do capital constante em relação ao capital variável, ou seja, uma diminuição relativa do emprego da força de trabalho na produção, conseqüentemente, existirá uma queda na taxa de lucros, uma vez que é a força de trabalho empregada na produção (capital variável) que possui o poder de gerar valor.

Em contraposição a queda da taxa de lucro os capitalistas buscam meios de reverter à situação através do incremento tecnológico ou da exploração do trabalhador para o aumento da produtividade, bem como a redução dos salários, o incentivo a elevação do exército industrial de reserva, abertura de mercados multinacionais, etc. Também como meio de combater a redução da taxa de lucro, os capitalistas recorrem às modificações na forma de organização da produção, através de métodos de racionalização do trabalho.

Segundo Sandroni (1999) a racionalização consiste em

Emprego de métodos científicos de controle, organização e concentração industrial, visando a diminuição dos custos e aumento da eficiência da produtividade do trabalho. O processo de racionalização valoriza também o princípio da especialização, mediante reformas internas em uma mesma empresa, bem como a fusão de unidades produtoras e mutuamente concorrentes, com objetivo de alcançar economias em escala. (SANDRONI, 1999, p.510).

Logo, a racionalização do trabalho é uma necessidade de interesse capitalista em controlar a dinâmica de trabalho com o objetivo de alcançar mais eficiência e produtividade dentro da organização, e conseqüentemente combater a queda da taxa de lucro. Esse controle de movimentos foi aplicado nas indústrias no início do século XX e ficou conhecido como o método “taylorismo⁷”. No processo de gerenciamento, parcelização e especialização do trabalho, isto é, a limitação de atuação do trabalhador, o método adotado por Taylor gerou algumas críticas ao seu funcionamento de obrigar o trabalhador a realizar atividades simples e repetitivas, levando em alguns casos a exaustão por trabalho repetitivo. Dentre alguns estudiosos que criticou o taylorismo apresenta-se Braverman (1981), que em suas palavras diz:

⁷ Conjunto das teorias para aumento da produtividade do trabalho fabril, elaboradas pelo engenheiro norte-americano Frederick Winslow Taylor. (SANDRONI, 1999, p.592)

O controle foi o aspecto essencial de gerencia através de sua história, mas com Taylor ele adquiriu dimensões sem precedentes [...]. Taylor elevou o conceito de controle a um plano inteiramente novo quando asseverou como uma necessidade absoluta para gerencia adequada à imposição ao trabalhador da maneira rigorosa pela qual o trabalho deve ser executado [...]. A gerência insistia ele, só podia ser um empreendimento frustrado e limitado se deixasse ao trabalhador qualquer decisão sobre o trabalho. Seu sistema era tão somente um meio para que a gerência efetuasse o controle do modo concreto de execução de toda atividade no trabalho, desde a mais simples a mais complicada. Nesse sentido ele foi o pioneiro de uma revolução muito maior na divisão do trabalho que qualquer outra havida. (BRAVERMAN, 1981, p.86).

Conforme o autor apresenta o método de Taylor era mais uma maneira de interesse do capitalista em alienar o trabalhador. Ainda no século XX outro método de racionalização será visto também como forma de aumentar a produtividade através do controle do tempo e de tarefas repetitivas, esse método foi criado por Hanry Ford⁸ e ficou conhecido como “fordismo”. Conforme Sandroni (1999, p.249) o fordismo foi “baseado no princípio de que uma empresa deve dedicar-se apenas a produzir um tipo de produto”. Com a especialização do trabalho, segundo a ideia fordista, além de se obter maior eficiência na produtividade, os custos seriam reduzidos por meio de uma produção em escala, e o trabalhador, por sua vez, continuaria na sua função limitada, isto é, realizando um trabalho alienado de interesse do capitalista.

Dessa maneira, o capitalista, no intuito de manter a reprodução do capital, sempre esteve numa corrida de ousar novos procedimentos que atuem de forma positiva no controle da queda da taxa de lucro. Fazendo uso de métodos de racionalização do trabalho, tanto se tem o aumento da produtividade como também a redução dos salários, uma vez que o capitalista busca no exército de trabalhadores desocupados aqueles que estejam dispostos a vender sua força de trabalho por salários cada vez mais injustos.

Com as crises do petróleo e a falta de sucesso das políticas keynesianas na década de 1970, as quais levaram a desregulamentação do capital, ao enfraquecimento dos movimentos sindicais e a precarização do trabalho, os países asiáticos, no intuito de controlarem a situação de crise, elaboram um novo processo produtivo que passaria a ter maior agilidade e flexibilidade. Essa nova estruturação será reconhecida como toyotismo, e em alguns casos chega a eliminar os modelos anteriores. Nas palavras de Antunes (2002):

[...] novos processos de trabalho emergem, onde o cronômetro e a produção em série e de massa são “substituídos” pela flexibilização da produção, pela

⁸ Industrial norte americano.

“especialização flexível”, por novos padrões de busca de produtividade [...] (ANTUNES, 2002, p.24).

No toyotismo, segundo Antunes (2002), o supervisor torna-se ausente, agora os próprios membros da organização passam a ser responsáveis pelo cumprimento dos objetivos; surge a produção *just in time*, onde o propósito é o melhor aproveitamento do tempo de produção; redução de estoques; produtos diferenciados e diversificados; etc. No entanto, o toyotismo trouxe uma prosperidade produtiva, mas sem aumentar a quantidade de trabalhadores empregados.

O que chama a atenção no modelo toyotista, segundo Haesbaert (1994), é o seu formato está diretamente ligado a superexploração da mão de obra sem a articulação sindical, onde as leis trabalhistas são flexíveis e as políticas sociais altamente insignificantes. Sendo assim, a produção capitalista se apropria dessas condições favoráveis para o seu processo de reprodução.

A automação vista nesse modelo, leva incessantemente o capitalista a viver uma corrida de incremento tecnológico a fim de ganhar espaço de mercado frente aos seus concorrentes, no entanto, esse aumento tecnológico colocado dentro das organizações poderia resultar na redução da força de trabalho e na degradação do mesmo, ruindo, portanto, a esfera social. Porém, como visto em Braverman (1981)

Não é nas máquinas que está o erro, mas nas condições do modo capitalista de produção sob as quais elas são utilizadas; do mesmo modo, não é na existência dos serviços que está o erro, mas nos efeitos de um mercado todopoderoso que, dominado pelo capital e seu investimento lucrativo, tanto é caótico quanto profundamente hostil aos sentimentos da comunidade (BRAVERMAN, 1981, p.239).

Esse enquadramento tecnológico é integralmente configurada pelo modo de produção capitalista vigente que busca a integração e a flexibilização do trabalho, baseando-se na confiabilidade, autocontrole e a multifuncionalidade do trabalhador. Para Katz e Coggiola “a ‘flexibilização do trabalho’, as perdas de empregos, a intensificação da jornada de trabalho, as subcontratações ou a eliminação da antiga hierarquia são frequentemente apresentadas como inevitáveis consequências da informatização”. (KATZ; COGGIOLA, 1996, p.57).

Com o trabalho cada vez mais controlado e informatizado, o trabalhador tende a ser robotizado conforme o desejo capitalista em atuação. Mais uma vez verifica-se o processo de trabalho alienado, conforme visto em Marx (1996), onde o trabalhador perde sua capacidade cognitiva.

Ainda sob a observação dos caminhos percorridos pelos capitalistas em busca do aumento de produtividade e, conseqüentemente, da taxa de lucro, levando a degradação do trabalho, pode ser destacado com estratégia capitalista o processo de transferência das plantas industriais para locais em que exista uma abundância de mão de obra barata e leis trabalhistas menos rígidas ou fáceis de serem manipuladas.

A terceirização⁹ do trabalho é outro fator estratégico do capitalista para os seus ganhos de produtividade. Marcio Pochmann dirá que “a terceirização do trabalho expressa uma das maiores alterações no modo de produção e distribuição de bens e serviços verificados durante a passagem para o século XXI nas economias capitalistas”. (POCHMANN, 2012).

Essa maneira de fragmentação do trabalho conduz a baixa qualificação profissional e, por conseguinte, a redução salarial do trabalhador. Além de ser uma forma de escape dos capitalistas para o não cumprimento das obrigações trabalhistas. A falta de atuação mais rigorosa dos sindicatos possibilita o domínio do capital sobre o trabalho, uma vez que o trabalhador se sente obrigado, por questões de sobrevivência, a aceitar a nova forma organizacional dentro das empresas. O que antes era visto como parcelização das funções, agora é tido como um trabalhador multifuncional, sem aumento salarial.

Sendo assim, o trabalhador continua condicionado aos interesses e imposições do capitalista, porém, cada vez mais em situação de precarização do trabalho e elevados níveis de exploração. Essa dinâmica flexível de produção capitalista tende a desencadear no crescimento do trabalho informal e no aparecimento de atividades com baixo grau de produtividade, servindo apenas como meio de subsistência.

Tavares (2002) remonta a ideia de que o aumento da produtividade e a desregulamentação das relações de trabalho proporcionam maior disponibilidade do montante de trabalhadores (força de trabalho) à procura de emprego, se isso por um lado fragiliza as negociações coletivas, por outro fortalece os interesses do capitalismo.

Desse modo, o trabalho formal, estável, em tempo integral e protegido social e legislativamente, tende a se transformar numa categoria cada dia mais extinta. Tavares (2002) vai mais adiante à correlação entre a expansão do trabalho informal e o capital, chegando mesmo a crer que se por ventura essa tendência se mantivesse constante, a economia informal atingiria de modo explícito a sua funcionalidade em perfeita harmonia com o sistema. Contudo, Soares (2008) aponta que:

⁹ A terceirização caracteriza-se pelo uso de uma empresa contratar, de outras empresas, produtos e serviços necessários para o seu processo de produção. (SOARES, 2008, P.128)

Apesar de aceita e estimulada pelo próprio sistema capitalista, a expansão do trabalho informal não representa a solução para a crise sistêmica, mas apenas um meio encontrado, no momento, de assegurar a taxa de lucro em um patamar atrativo para os capitalistas e evitar uma grande convulsão social do lado do trabalho. (SOARES, 2008, p.108).

A busca pela reprodução do capital em nada é favorável para o trabalhador, apenas para a sua própria recomposição, o que torna completamente desigual a relação entre trabalho e capital, pois, como visto em pontos anteriores, o próprio capital em sua dinâmica cria um exército de trabalhadores desocupados que estejam a dispor dos seus interesses. Ora, o próprio capital conduz ao fomento e aumento do trabalho informal, que nada mais é que uma maneira de extrair a mais valia absoluta.

Portanto, em conformidade a teoria marxista, o desemprego seria resultado da dinâmica capitalista na sua corrida pela maximização dos lucros através da flexibilidade do trabalho. Onde a forma de produção torna-se modernizada, reduzindo assim a necessidade relativa de trabalho, e que, conseqüentemente, leva os salários a um nível mais baixo, uma vez que o excedente de trabalhadores a espera de uma ocupação no mercado de trabalho torna-se bastante elevado.

1.5 O desemprego no sistema capitalista

Como visto no ponto anterior a flexibilização das relações de trabalho no modelo capitalista de produção é um fator bastante significativo para o surgimento do exército industrial de reserva e, conseqüentemente, para a ocorrência do desemprego na sociedade. Logo, o estudo sobre o desemprego permitirá uma melhor compreensão para o fomento do trabalho informal na sociedade.

O próprio sistema capitalista desenvolve caminhos que estejam sempre a favor da sua continuidade, mesmo que ainda nesses caminhos possam ser vivenciados momentos de negatividade para aqueles que vivem da sua força de trabalho. O problema do desemprego seria mais um fator, considerado negativo para a sociedade, gerado pela dinâmica do processo de acumulação do capital.

As transformações no mercado de trabalho começam a serem percebidas com o processo de substituição das importações¹⁰, momento em que o foco era produzir

¹⁰ Sugestão de leitura: TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira. 6. ed. J. Zahar, 1977.

internamente aquilo que antes era importado de outros países. Com isso, no caso brasileiro, houve uma diminuição na procura externa por produtos agrícolas ocasionando a migração de trabalhadores do campo para as cidades, uma vez que a indústria ganhava maior evidência frente ao mercado.

A introdução de tecnologias dentro das camadas rurais transformam o que antes se aproximava mais a classificação de agricultura de subsistência em agroindústrias, contribuindo fortemente para ascensão do setor industrial, uma vez que com a implantação de tecnologias na agricultura ocasiona a redução de trabalhadores nesse setor, o que, conseqüentemente, força estes trabalhadores a buscarem meios de sobrevivência nas cidades.

No entanto, o setor industrial não se encontrava adequado para absorver toda a mão de obra que se instalava nas cidades, deixando fora de contratação uma grande massa trabalhadora. Cenário nada ruim para o processo de reprodução do capital, como visto anteriormente, esse excedente de força de trabalho, em sua forma latente, torna-se favorável ao processo de produção de valor do capital. Esse movimento de trabalhadores dos campos para as cidades se dá com a chegada do capital na agricultura, como explica Marx (1996).

Assim que a produção capitalista se apodera da agricultura, ou à medida que se apoderou dela, decresce, com a acumulação do capital que aí funciona, a demanda de população trabalhadora rural de modo absoluto, sem que sua repulsão, como na indústria não-agrícola, seja complementada por maior atração. Parte da população rural encontra-se, por isso, continuamente na iminência de transferir-se para o proletariado urbano ou manufatureiro, e à espreita de circunstâncias favoráveis a essa transferência. (MARX, 1996, v.2, p.272).

Dessa maneira o poderio do capital vai ganhando e dominando todas as esferas da sociedade, provocando crises e, conseqüentemente, desemprego estrutural. Esses movimentos do capital trazem consigo conseqüências desagradáveis no âmbito social, econômico e cultural de algumas nações, principalmente as subdesenvolvidas, pois focados no aumento de competitividade os donos dos meios de produção passam a investirem mais em capital constante e a possuírem maiores transferências de mercados. Causando o fechamento de postos de trabalho para uns e precarização de trabalho para outros, assim como explica Silverio Zebral:

O fechamento de postos de trabalho atinge todos os setores da economia: no setor primário, motivado por necessidades de produção em alta escala, e no setor secundário, impulsionado pela necessidade de aumento de produtividade para a crescente competição internacional. Mesmo no setor terciário, atividades e profissões que não agregam valor à percepção do cliente final acerca do produto ou serviço ofertado estão desaparecendo. O

desemprego estrutural, um dos grandes males das crises cíclicas do capitalismo, volta à cena internacional. (ZEBRAL, 1998, p.11).

Essa situação é altamente desagradável para o mercado de trabalho, uma vez que o desemprego estrutural amplia a quantidade de trabalhadores livres no mercado, os quais muitas vezes são trabalhadores isentos de instrução ou formação qualificada, o que os leva a buscarem alternativas de trabalho através da informalidade. Onde as atividades desenvolvidas no setor informal acabam por cumprir um papel social e econômico que é o de ocupar os trabalhadores excluídos, os quais vivem em uma situação de pobreza e de desemprego.

A proliferação do trabalho informal acontece de forma desorganizada, fator que dificulta a identificação daqueles que trabalham informalmente como meio de subsistência. Para essa questão, Kjeld et al (1996) assume a posição da Organização Internacional do Trabalho (OIT), tendo como meio de diferenciar os trabalhadores informais a partir de seus atributos econômicos, a relação entre capital e trabalho, a organização da produção e o nível de produtividade. Sendo que, no grande montante desses trabalhadores não existe uma forma estruturada de organização e não se encontra diferenças entre capital e trabalho.

A partir do desemprego é possível perceber o volume crescente do trabalho informal. Como um caso de exemplificação tem-se o Brasil na década de 1990, que de acordo com Singer (1996), constata uma redução no número de trabalhadores empregados em propriedades privadas, caindo de 50,5% em 1986 para 48,8% em 1990, havendo um aumento na parcela de trabalhadores autônomos e não remunerados, conforme descrito na tabela 1.

**Tabela 1 - População ocupada segundo categorias sócio-ocupacionais
Brasil 1986-1990 (%)**

Categorias Sócio-Ocupacionais	1986	1990
Empregadores	3,5	4,7
Empregados Públicos	9,2	9,7
Empregados de Firmas Particulares	50,5	48,8
Trabalhadores Autônomos	22,4	22,6
Trabalhadores Domésticos	6,7	6,2
Não-Remunerados	7,7	8,1
Total	100,0	100,0

Fonte: IBGE (1994 apud SINGER, 1996)

Os números indicam uma diminuição na quantidade de empregos formais, conseqüentemente, vê-se um aumento do trabalho informal, causa específica da dinâmica capitalista no processo de reestruturação das relações de trabalho, sendo marcado pelo

surgimento de atividades de subsistência, vendedores ambulantes, trabalhos domiciliares, contratos provisórios, terceirização do trabalho, entre outros. Esses trabalhadores que constituem a forma estagnada como visto em Marx (2006) normalmente possuem rendimentos abaixo da média e suas condições de trabalho são precárias, excluídos dos direitos sociais.

Sob as políticas neoliberais, a reestruturação da produtividade do sistema capitalista, resultou em privatizações e desregulamentação das relações trabalhistas, limitando, portanto, o poder de ação por parte dos sindicatos. Essa nova estruturação implica de modo direto no aumento do desemprego, pois as empresas que antes ofereciam uma seguridade social aos trabalhadores passam, nesse momento de globalização, a demandar mais tecnologia e serviços terceirizados como já dito, deixando a margem uma grande quantidade de trabalhadores em busca de sobrevivência.

Portanto, dentro das formas de reestruturação do movimento capitalista para os ajustes necessários a continuidade do processo de reprodução do capital, está inserido como consequência o aparecimento do desemprego e subemprego. O mercado de trabalho em seu processo histórico apresenta o aumento expressivo do exército industrial de reserva, o que é positivo para o lado capitalista, no entanto esse aumento do exército contribui para a degradação do trabalho, implicando no surgimento de novas formas de sobrevivência para o detentor da força de trabalho.

No próximo capítulo será estudado de forma mais abrangente o ingresso dos trabalhadores não formalmente empregados no mercado de trabalho informal, como consequência do desemprego no sistema capitalista.

2 TRABALHO INFORMAL

No capítulo anterior foi discutido sobre alguns fatores que implicam na ocorrência do trabalho informal a partir da própria dinâmica do capital para a sua reprodução. Foi mostrado que essa dinâmica contribui de forma negativa para os detentores da força de trabalho, os quais formam o chamado exército industrial de reserva. Estes, por sua vez são condicionados a vivenciarem sob a precarização do trabalho causada pela busca intensiva de ganhos de produtividade a baixos custos por parte dos capitalistas.

Neste capítulo será realizado um estudo acerca do que é trabalho informal, com olhar especial para a bibliografia de Cacciomali (1981 e 2000) e Organização Internacional do Trabalho – OIT (2006), com o intuito apenas de promover uma discussão sobre o assunto, visto que o tema tratado possui uma complexidade que exigiria uma pesquisa mais ampla e detalhada, o que não é a proposta do presente trabalho.

É válido ressaltar que, embora, seja mais presente nos países em desenvolvimento, a informalidade é um acontecimento pertencente, também, aos países desenvolvidos.

Como visto na seção anterior, o trabalho informal muitas vezes é escolhido como meio de subsistência frente as crises capitalistas que desembocam no desemprego. Grande parcela da força de trabalho que não tem a oportunidade de se inserir no trabalho formal, busca um meio de obter renda através de atividades informais, em sua diversidade, cita-se como exemplos os vendedores ambulantes, o feirante, o pedreiro, as costureiras, o entregador de jornais, entre tantas outras atividades.

No entanto, o universo do trabalho informal é muito mais amplo do que se possa perceber. Ele vai desde o simples vendedor de picolé a instalações de redes cooperativistas, sonegadores de impostos, crime organizado, entre outros. Porém, o presente trabalho dará um tratamento especial para os trabalhadores informais que exercem as suas atividades sem carteira assinada ou por conta própria, em trabalhos de cunho familiar ou ainda, trabalhos terceirizados.

A explicação para a diversificação do trabalho informal pode está ligada ao desejo de trabalhar por conta própria, a necessidade de ampliação da renda familiar, por se ter maiores ganhos salariais que no setor formal, etc.

Entretanto, o estudo em questão qualifica como uma das principais explicações o motivo do desemprego na sociedade causado pelo próprio capital a fim de criar condições favoráveis a sua reprodução, conforme já foi citado e, como será visto nas seções seguintes de acordo a conceituação do trabalho informal. Embora, conceituar o trabalho informal não é

uma tarefa das mais fáceis, visto a dimensão da complexidade e diferentes pontos de vista e contradições dentro dos estudos realizados até então.

A seguir serão apresentadas algumas definições e características de trabalho informal, inicialmente sob a ótica da OIT e posteriormente outras abordagens escolhidas para a apresentação neste trabalho, sendo realizadas no decorrer do estudo algumas observações de concordância ou contraposições quando se fizerem necessárias.

É válido ressaltar que as definições a serem apresentadas partem de estudos que delimitam as áreas de trabalho informal, setor informal e economia informal. Logo, antes de adentrar no conceito de informalidade, se faz importante a verificação dessa delimitação.

O trabalho informal é considerado aquele que está inserido tanto no setor informal como na economia informal. O setor informal se traduz no conjunto de empresas específicas ou de uma atividade produtiva. A economia informal, por sua vez, é todo o aglomerado de atividades informais de diferentes setores, sejam elas inseridas em empresas formais ou informais.

2.1 O trabalho informal segundo a OIT

Os primeiros estudos sobre o trabalho informal foram realizados pela OIT, na década de 1970, no intuito de averiguar o surgimento de novas camadas produtivas, as quais não foram absorvidas pelo novo modelo econômico atribuído as novas relações de capital-trabalho nos chamados países subdesenvolvidos. Os estudos tinham um olhar mais aprofundado para as características mais globais do mercado de trabalho, que apresentava como pontos de atenção o desemprego e o subemprego.

Para a OIT o crescimento econômico do sistema capitalista foi incapaz de gerar emprego suficiente para acolher toda a população economicamente ativa (PEA), sendo assim, grande parte da força de trabalho foi forçada a criar alternativas de sobrevivência, como por exemplo, a abertura de pequenos negócios não organizados (SOARES, 2008).

Durante o estudo realizado pela OIT foi percebido que o novo tipo de trabalho que surgia possuía uma produção diminuta e era desprovido de uma organização estrutural que garantisse uma qualidade de trabalho melhor adequada. A força de trabalho estava destinada a realizar atividades divididas entre “setor moderno” (formal) e “setor tradicional” (informal), percebe-se uma dualidade na forma organizacional da economia.

As atividades pertencentes ao setor tradicional eram consideradas as mais pauperizadas da sociedade, as quais, possivelmente, não existiam as relações capitalistas nem políticas que garantissem uma qualidade significativa das atividades informais desenvolvidas.

Nesse contexto, a OIT buscou assegurar políticas econômicas que visassem o controle da evolução da pobreza, como explica Krein e Proni (2010) a seguir:

A OIT procurava, então, aprofundar o conhecimento dos problemas de geração de emprego naqueles países para contribuir com a formulação de políticas econômicas cuja ênfase fosse o combate à pobreza. A preocupação com a justiça social e o combate às causas da exclusão social, observe-se, vinha aumentando no contexto da irradiação do socialismo nas áreas economicamente mais atrasadas do planeta, a qual induzia nas nações capitalistas um interesse crescente por estudos desta natureza. (KREIN; PRONI, 2010, p.8).

A partir do argumento apresentado é possível confirmar a necessidade de se ter uma atenção para o processo de formação do trabalho informal, visto que ao se instalar de forma desestruturada a percepção da precariedade das condições de trabalho se tornam evidentes pela falta de políticas econômicas e fiscais para esses trabalhadores.

Posteriormente a OIT realiza, através do Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe – PREALC, um estudo sobre o emprego, o estudo afirmava a ideia de que a existência do atual tipo de trabalho, considerado precário e heterogêneo, estava diretamente associada ao processo de desenvolvimento capitalista das regiões¹¹ e ao crescimento demográfico, o qual contribuía para a ampliação do excedente da força de trabalho que, conseqüentemente, pela falta de oportunidade no setor moderno, se auto empregariam.

A OIT, portanto, define essas novas camadas produtivas como “setor informal” e as camadas produtivas, antes conhecidas como setor moderno, passam a se chamar setor formal. Sobre o setor informal, Salas (2003) aponta que:

Não existia um corpo teórico de investigação social que explicasse claramente o que constituía a informalidade, entendida como uma maneira de fazer as coisas. As atividades informais foram pensadas como formando um setor, que engloba tanto empresas como indivíduos envolvidos na produção de bens, na prestação de serviços pessoais ou no pequeno comércio (SALAS 2003 apud KREIN; PRONI, 2010, p.9).

Dessa maneira observa-se que, estabelecido nos relatórios da OIT, o setor informal é caracterizado pelo conjunto de atividades onde predomina a falta de organização da produção

¹¹ O estudo foi realizado nas regiões da América Latina.

com o mínimo de capital, sem regulamentação, atuante em mercados competitivos, bem como é composto por um número reduzido de empregados remunerados e que muitas vezes são participantes de trabalho familiar ou autônomos, além de ser um setor com facilidade de entrada.

Segundo Cacciamali (2000), o setor informal estabelece uma relação de complementariedade ao setor formal, uma vez que ele absorve o excedente da força de trabalho descartado pelo setor formal, reunindo, portanto, atividades com baixo nível de produtividade, trabalhadores por conta própria e micro empresas não organizadas.

No entanto, as determinações realizadas pela PREALC não definia com precisão de argumentos as relações entre o processo de acumulação da dinâmica capitalista e o setor informal, estabelecendo apenas a divisão da estrutura produtiva em setor formal e informal, onde possivelmente poderia ocorrer a extinção da informalidade com o processo de expansão capitalista, processo este que permitiria a formalização das atividades inseridas informalmente no mercado de trabalho. Entretanto, Souza (1980) dirá que

[...] o núcleo verdadeiramente capitalista de uma economia, no seu movimento de expansão, cria, destrói, e recria os espaços econômicos nos quais atua a pequena produção não tipicamente capitalista. É neste sentido, também, que podemos dizer que os espaços econômicos da pequena produção são perfeitamente determinados pelo núcleo capitalista. Isto significa que a pequena produção não tem capacidade de gerar seu próprio espaço econômico numa economia em que o capital já é dominante (1980, p.79).

Nessa visão, conclui-se que não existe a separação do modo de produção, o próprio sistema capitalista provoca a geração do setor informal, o qual se torna submisso ao movimento do capital como já visto no capítulo anterior, onde o capitalista também se apropria da informalidade para o seu processo de reprodução.

Isso permite dizer que as pequenas propriedades produtivas possuem apenas uma aparente independência do capital, mas na realidade elas também são objetos de exploração do capitalismo, a qual, seguindo por essa ótica, desenvolve um processo rotativo de exploração. Em concordância com Tavares (2002, p.53) com essa relação de capital trabalho

[...] fica mais fácil negar a produtividade de certos trabalhos realizados informalmente, mas diretamente articulados à produção capitalista. Essa forma de organizar a produção, ao mesmo tempo fragmenta o trabalho e obriga-o a assumir a condição que aparenta. **Com isso certamente não se anula a mais valia, mas a sua dissimulação serve de argumento para preservar a exploração em escala cada vez mais ampliada**, conduzindo a pensar que estamos a caminho de uma organização da produção capitalista,

onde todos serão capitalistas (TAVARES 2002, p.53 apud SOARES 2008, p.87-88, grifo nosso).

Quando ocorre a entrada de pequenos negócios no mercado o sistema logo se atenta para o englobamento dessas dentro do movimento capitalista, seja por meio de terceirização do trabalho ou subcontratações, que automaticamente serão induzidas a explorarem a sua força de trabalho, ainda que não tenham ganhos finais no resultado da produção do capital, ficando apenas com a parcela que lhes garantam a sobrevivência.

Ainda em análise ao melhor conceito para o setor informal e o englobamento de atividades consideradas informais diante das transformações que ocorriam no âmbito econômico, social e político, frente à acumulação flexível, as políticas neoliberais e o número crescente de atividades informais, que conduziam para o aumento da desigualdade social, a OIT definiu que o setor informal era traduzido como gerador de renda para a uma grande massa de trabalhadores.

Visto isso, no ano de 2002, na 90ª Conferência Internacional do Trabalho, a OIT reformula as definições voltadas para o setor informal, passando a ser verificado a partir de então, como economia informal, onde está inserida toda a diversidade observada nas atividades informais. Sendo classificadas de acordo com Krein e Proni (2010) em:

[..] a) trabalhadores independentes típicos (microempresa familiar, trabalhador em cooperativa, trabalhador autônomo em domicílio); b) “falsos” autônomos (trabalhador terceirizado subcontratado, trabalho em domicílio, trabalhador em falsa cooperativa, falsos voluntários do terceiro setor); c) trabalhadores dependentes “flexíveis” e/ou “atípicos” (assalariados de microempresas, trabalhador em tempo parcial, emprego temporário ou por tempo determinado, trabalhador doméstico, “teletrabalhadores”); d) microempregadores; e) produtores para o autoconsumo; e f) trabalhadores voluntários do “terceiro setor” e da economia solidária (2010, p.12).

Ao adotar a nomenclatura de economia informal, que tem uma caracterização mais abrangente no que tange a dedução de informalidade, passa a ser permitido analisar as atividades desenvolvidas por trabalhadores informais tanto dentro da perspectiva de atividades de subsistências como também de atividades informais desenvolvidas dentro de propriedades capitalistas organizadas.

De acordo com Feijo (2011) a nomenclatura “setor” é mais convincente no sentido de se referir a um grupo de indústrias, enquanto que o termo “economia informal” se torna mais preciso, quando se diferencia os trabalhadores com direitos reconhecidos e os trabalhadores não regulamentados.

Fazendo uma síntese do que foi exposto conclui-se que para a OIT (2006) os trabalhadores inseridos na economia informal, uma das formas de poder identificá-los, é como sendo um grupo de unidades de produção que sejam classificados como empresas familiares ou individuais, que atuam por conta própria ou são participantes de empresas constituídas por empregadores informais, independentes da localidade de instalação do trabalho, bem como do montante de capital fixo utilizado e da jornada de trabalho, além também, de estarem inseridos de maneira informal dentro de organizações tipicamente formal.

De modo geral, a OIT (2006) define que são geradores de emprego e renda, caracterizados pelo baixo grau de produtividade e falta de organização, onde quase não se percebe as relações de trabalho e capital, quando estas existem são consideradas como emprego ocasional ou familiar, muitas vezes sem acordos contratuais.

Para a delimitação das características e definições sobre o trabalho informal, além de utilizar-se das observações sobre o nível de pobreza, do êxodo e das questões tecnológicas, a OIT (2006), como forma de comparação, se apega ao que considera de trabalho decente, o qual deve possuir quantidade e qualidade de emprego, seguridade social, direitos trabalhistas e diálogo social, sem distinção de natureza. Dessa maneira é possível mensurar o grau de qualidade do trabalho informal através da comparação com o que se reconhece como trabalho decente. (FEIJO, 2011).

Segundo a CUT¹² (2000) como meio de quantificar a informalidade a OIT e PREALC seguem alguns pontos utilizados em sua metodologia que são:

1. Assalariados com carteira assinada em empresas com até cinco empregados;
2. Assalariados sem carteira assinada em empresas com até cinco empregados;
3. Assalariados sem carteira assinada em empresas com mais de cinco empregados;
4. Empregadores de empresas com até cinco empregados;
5. Donos de negócio familiar;
6. Autônomos que trabalham para o público ou para as empresas.
7. Empregado doméstico;
8. Trabalhador familiar;

Ora, isso leva a um contraponto no que diz respeito à quantificação da informalidade nas unidades de produção não organizadas, pois estas muitas vezes empregam grande quantidade da força de trabalho, extrapolando o número de cinco empregados, bem como

¹² Central Única dos Trabalhadores.

existem empresas que apresentam número inferior a cinco empregados, no entanto estes são qualificados e incorporam em suas atividades tecnologias de ponta inseridas.

Outro ponto a ser posto é que reconhecendo os trabalhadores autônomos, trabalhadores por conta própria, prestadores de serviços, pequenos comerciantes, entre outros, como integrantes do mercado de trabalho informal, verifica-se que existe uma divergência ao afirmar que a informalidade somente condiz às camadas mais pauperizadas da sociedade, uma vez que muitos dos trabalhadores citados possuem qualificação e remuneração relativamente alta, o que retira da zona de pauperização.

Diante da explanação do conceito de trabalho informal, com ênfase na visão da OIT entre outros conceitos, constata-se de fato a dimensão na complexidade de definição exata para as atividades consideradas informais.

A seguir será apresentada a caracterização do trabalho informal sob os argumentos postos por alguns autores que tratam a questão da informalidade na ótica da legalidade, esta que limita a conceituação do que é considerado informal em legal e ilegal do ponto de vista jurídico e fiscal, diferentemente a essa visão limitada, também será mostrado a visão de Cacciamali (1982 e 2000), a qual traduz o termo informal a um processo de mudanças estruturais recorrentes da sociedade capitalista, ela passa a tratar o tema como “processos informais”. Ainda além dessas duas visões terá uma terceira que será sob a ótica marxista, a qual contraria a visão dualista afirmando a existência de ligação entre o formal e o informal.

2.2 Outras contribuições para o entendimento sobre o trabalho informal

Se tratando do setor informal, Cacciamali (1982) entende que este é a junção de formas de organização de produção que não se baseiam no trabalho assalariado. Ela caracteriza o setor como sendo: o produtor é ao mesmo tempo patrão e empregado, está diretamente ligado ao processo de produção através do trabalho familiar ou como ajudante extra do seu próprio trabalho, onde o seu objetivo é conseguir renda para o consumo próprio e familiar, bem como para a manutenção da atividade econômica, o que não lhe permite formas de acumulação.

Ainda segundo Cacciamali (1982) o que mantém a atividade é o fluxo de renda, a qual é dividida ao produtor e aos salários pagos a seus ajudantes, onde a força de trabalho familiar é com frequência predominante, podendo existir a divisão do trabalho sem impossibilitar o trabalhador de conhecer e dominar todo o processo de produção.

Conforme a argumentação posta pode-se afirmar que a autora sugere que quando se trata do trabalhador informal em posição de proprietário, este pode até explorar a força de trabalho, no entanto o seu objetivo é o de elevar a renda familiar, o que difere do trabalho assalariado do modo de produção capitalista, onde o objetivo é a exploração da mão de obra como meio de reproduzir o capital.

No que tange afirmar a ideia de separação entre capital e trabalho, como determinado anteriormente pela OIT, Soares (2008) fará uma contraposição a essa afirmação que segundo ele não é convincente. Em suas palavras

No discurso hegemônico, tenta-se veicular a ideia de independência do trabalhador (capitalista, patrão, etc.) que se encontra inserido nas relações de produção na condição “informal”. [...] porque não é o fato de ser proprietário dos meios de produção que faz, desse trabalhador, um capitalista, pois entende-se que o capital é, antes de tudo, uma relação social. O simples fato de ser proprietário do dinheiro, de máquinas, dos meios de produção, não significa que um indivíduo seja capitalista. É necessário, que esses meios de produção articulem-se com a exploração da força de trabalho com a qual será valorizado o capital (SOARES, 2008, p.87).

Embora os pequenos proprietários não processem o seu trabalho com fins de reproduzir o capital, eles se encontram dentro do mercado competitivo sob as determinações capitalistas, isto é, eles são regidos e explorados pelo grande capital. Pois existe uma tendência do modo de produção capitalista em impor os seus interesses na condução das atividades informais.

Como visto no capítulo anterior o aumento da informalidade está relacionado ao dinamismo do sistema capitalista. Esse crescimento acontece por meio da exploração de mais valia absoluta, movimento realizado para a diminuição dos custos de produção, no intuito de aumentar a taxa de lucro, ou também, pode acontecer por meio apenas de promover a subsistência dos trabalhadores sem emprego, mantendo o seu dinamismo de gerar, destruir e recriar os espaços econômicos nos quais atua a pequena produção informal, como visto anteriormente em Souza (1980).

A própria dinâmica do sistema capitalista de produção se encarrega de construir um mercado de trabalho heterogêneo que interligue o trabalho informal e formal de maneira que construa um ambiente onde um esteja inserido no outro para que sejam manipulados conforme os seus interesses, como já afirmado nesse trabalho. Portanto, é equivocado o pensamento correspondente à separação do trabalho informal e formal, limitando o espaço destes em setores independentes da economia.

2.2.1 O trabalho informal sob a questão da legalidade

Sob outra visão alguns estudiosos, inicialmente em análise do comportamento do mercado de trabalho regido pelas políticas neoliberais dos anos 80, apontam o aumento do trabalho informal à crise de gestão do Estado capitalista, como coloca Soares (2008).

No paradigma da *Welfare State*, o Estado assumiu uma série de funções, para assegurar a demanda efetiva capaz de afastar as crises de superprodução. Para tanto, precisava ter uma receita alta visando cumprir com suas funções, o que resultou numa alta carga tributária, que onerava os negócios, fazendo os empregadores fugirem da organização formal (SOARES, 2008, p.90).

Esses estudiosos passam então a analisar as atividades informais a partir da regulamentação junto ao Estado. Seguindo essa concepção eles consideram as atividades informais como meio de escape das obrigações tributárias estabelecidas no trabalho formal, onde os custos do trabalho e dos encargos fiscais e sociais implicam em menores ganhos de lucro.

Como forma de defesa os trabalhadores partem para o trabalho informal, buscando muito vezes a clandestinidade como meio de driblar a fiscalização, como por exemplo, a sonegação de impostos, a não contribuição social, as contratações sem carteiras assinadas, dentre outros exemplos. Por meio desses movimentos considerados ilegais, os trabalhadores informais estariam atribuindo valor ao capital.

Essa visão definiu o trabalho informal através do que é legal ou ilegal. Para eles, como forma de solucionar ou ao menos amenizar o aumento da informalidade o Estado deveria adotar medidas de flexibilidade das leis trabalhistas, bem como a redução da carga tributária.

No entanto, o posicionamento que se tem é que, referente à visão legalista, o mercado de trabalho informal não pode ser analisado somente dentro dos conceitos de legalidade ou ilegalidade e a ele ser atribuído soluções através da flexibilidade das leis trabalhistas, essa maneira de enxergar o trabalho informal é bastante limitada para um assunto tão complexo. O fato de recorrer à flexibilidade não eliminará a informalidade, visto neste estudo que o trabalho informal é produto dos movimentos do sistema capitalista. Sendo assim, a flexibilidade proposta atenderia apenas aos interesses do capital, deixando o trabalhador submetido à precarização do trabalho.

2.2.2 O trabalho informal segundo estudos de Cacciamali

Verificando o pensamento de Cacciamali (1982) acerca do trabalho informal, em seus primeiros estudos constatou-se que autora via a informalidade como atividades não baseadas no trabalho assalariado, assim como pode ser confirmado em suas palavras:

A produção informal é entendida, aqui, como o conjunto de formas de organização da produção que não se baseia, para seu funcionamento, no trabalho assalariado. Ela ocupa os espaços econômicos, os interstícios não ocupados pelas formas de organização da produção capitalista que estão, potencial ou efetivamente, a sofrer contínuos deslocamentos pela ação dessas últimas. (CACCIAMALI, 1982, p.26).

Para a autora as atividades informais possuíam os seus próprios espaços, aqueles em que não havia o interesse por parte dos capitalistas. Dessa forma o trabalho informal era visto de forma separada do trabalho formal, não sendo aplicado uma relação entre eles.

No entanto, posteriormente, a autora em novos estudos¹³ realizados sobre a informalidade, se posiciona de forma diferente a esse pensamento dualista, que separa o setor informal do setor formal. Diante das observações feitas no processo de transformação do sistema capitalista, ela sugere aplicar o termo “processos de informalidade” para a realização de sua análise (CACCIAMALI, 2000).

Ao verificar esses processos ela atribui algumas condições para a estruturação do mercado de trabalho e do setor informal, onde estão presentes:

[...] os processos de reestruturação produtiva; a internacionalização e a expansão dos mercados financeiros; o aprofundamento da internacionalização e a maior abertura comercial das economias; e desregulamentação dos mercados. Esses processos criam um ambiente de maior incerteza nos negócios, com menores taxas de crescimento econômico e do emprego que **apresentam impactos distintos em mercados de trabalho com características estruturais diferentes** (CACCIAMALI, 2000, p.158, grifo nosso).

Sendo assim os conceitos de setor informal e/ou o que sugere a visão legalista, quando tratados individualmente, são insuficientes para uma análise mais precisa da realidade econômica e social posta pelas transformações do sistema capitalista. Portanto, a necessidade de um termo que possa visualizar um conceito mais abrangente, assim a referida autora adota a nomenclatura processos de informalidade.

¹³ Corresponde a pesquisa intitulada de “Globalização e processo de informalidade”.

Cacciamali (2000), dessa maneira, descarta a possibilidade de separação em setor informal e setor formal, ambos fazem parte dos processos de informalidade que faz referência “à análise de um processo de mudanças estruturais em andamento na sociedade e na economia que incide na redefinição das relações de produção, das formas de inserção dos trabalhadores na produção, dos processos de trabalho e de instituições” (CACCIAMALI, 2000, p.163).

Dos processos de informalidade Cacciamali (2000) fará duas observações no que tange as relações de trabalho analisadas por ela tanto no campo formal como também no informal. Relacionado ao campo formal ela apontará para uma reorganização do trabalho assalariado, onde as relações de trabalho se dão muitas vezes por meio de assalariados sem registro, formatados através de contratações que ignoram as leis trabalhistas, tornando esses trabalhadores isentos de garantias e benefícios sociais, o que implica negativamente sob as condições de trabalho, promovendo assim a precarização do trabalho, como segue nas palavras de Cacciamali (2000)

Esses contratos não se inserem numa única forma de organização da produção ou do trabalho, pois interpretam a totalidade do espaço produtivo de bens e serviços. Apresentam, entretanto, uma característica comum: sua vulnerabilidade, ou seja, a insegurança da relação de trabalho e na percepção da renda; a ausência muitas vezes de qualquer regulamentação laboral e de proteção social, especialmente contra demissões e acidentes de trabalho; o uso flexível do trabalho (horas e múltiplas funções); e frequentemente menores salários, principalmente para os menos qualificados (2000, p.164).

A exemplo desse tipo de contratação a autora faz referência as cooperativas, locadoras de mão de obra, entre outros, que na maioria das vezes executam suas atividades de maneira disfarçadas através do trabalho autônomo.

A segunda observação feita por Cacciamali (2000) condiz ao campo informal no que tange os trabalhadores por conta própria, são consideradas as atividades de baixa produtividade com caráter apenas de subsistência para o trabalhador, onde o objetivo é a promoção do próprio emprego (auto emprego). Cacciamali (2000) afirma que essas “formas de organização da produção não se baseiam em mão de obra assalariada para o seu funcionamento” (CACCIAMALI, 2000, p.164). Ou seja, o tipo de trabalhador aqui inserido busca apenas uma opção de renda para garantir a sua reprodução e de sua família, não sendo pretendida em primeira instância a acumulação do capital.

Portanto, as transformações na estrutura produtiva e nas relações de trabalho exigem um conceito mais amplo que atinjam as diferentes formas de inclusão do trabalho, sejam por conta própria ou trabalhos relacionados ao assalariamento dentro da ilegalidade. No contexto da globalização a autora remete a presença de políticas econômicas e sociais como forma de

fiscalizar e determinar penalidades àqueles que se esquivam das obrigações tributárias, dessa maneira poderia ocorrer à diminuição da exploração do informal pelo formal.

No entanto, Soares (2008), embora concorde com a forma dissimulada que o setor formal se utiliza do informal, ele levanta um contraponto no que tange a formulação de políticas públicas que venham a conter esse tipo de processo, uma vez que é através da exploração do informal que se extrai a mais valia, a qual é o objetivo do capitalista para o processo de reprodução do capital. Segundo ele

[...] a própria conjuntura econômica e política aponta para a flexibilização das leis trabalhistas. Diante dessa constatação, acreditar na possibilidade de formulação pelo Estado Burguês de políticas que venham a inibir a precarização nas relações de trabalho, apresentam-se na contra-mão do movimento do capital (SOARES, 2008, p.94).

Esse raciocínio é pertinente dentro das análises acerca do mercado de trabalho informal, onde as relações são entendidas como propícias às formas de exploração da força de trabalho para o processo acumulativo do capital, bem como a sua continuidade deva ser confirmada por ser ele produto do próprio sistema capitalista.

2.2.3 Em conformidade com a visão marxista

Diante das transformações ocorridas no processo produtivo capitalista nos anos 1970, que desencadeou um aumento expressivo do excedente da força de trabalho nos países em desenvolvimento, motivou alguns estudiosos a analisarem a inserção dessa força de trabalho do mercado de trabalho informal sob a orientação dos conceitos marxistas.

Conforme esses estudiosos, não existe um dualismo no mercado de trabalho (setor informal e setor formal), mas sim, uma inserção de um setor no outro, isto é, existe uma complementariedade sob o interesse capitalista. De acordo com Soares (2008)

Esses autores rompem com análise dualista, ao afirmarem que a heterogeneidade do mercado de trabalho é resultado das relações capitalistas de produção, estando estas interligadas. Mais do que isso, eles defenderam a ideia de “uma funcionalidade perfeita de produção não capitalista para a valorização do capital” (2008, p.95).

O setor formal, nessa visão, necessita da existência do setor informal para a sua funcionalidade, sendo o informal um meio de extração da mais valia através da exploração da

força de trabalho, além de servir como amortecedor na absorção do exército de reserva, evitando uma convulsão social.

Para esse controle existir a própria dinâmica capitalista gera espaços que servirão para a atuação dos trabalhadores informais, assim, estes que antes se encontravam fora do mercado de trabalho formal, tem nesse momento a possibilidade de adquirir renda. Outra forma de controle estaria presente na produção de bens e serviços com preços mais baixos, o que, conseqüentemente, proporcionaria a redução do custo de reprodução da força de trabalho.

Sendo assim, esse pensamento afirma que o setor informal é algo intrínseco ao capital, uma vez que ele estabelece relações entre o formal e o informal conforme os seus interesses para a valorização do capital.

Em concordância com essa concepção Tavares (2002 apud Soares, 2008) verifica as novas formas utilizadas pelo capital na exploração da força de trabalho na contemporaneidade. A autora destaca que o “capitalismo não destruiu todas as formas de organização da produção que não são próprias deste, mas, pelo contrário vem fazendo uso de formas arcaicas de extrair a mais valia absoluta” (TAVARES, 2002 apud SOARES 2008, p.99).

É correto de dizer que o sistema é o grande controlador das transformações ocorridas no âmbito econômico, social e político. E que o setor informal é mais uma de suas criações para o provimento da acumulação do capital. Desse modo, partindo dos conceitos estudados neste capítulo, compreende-se neste trabalho que a informalidade está para além das delimitações de setor formal e informal, pois se acredita na ligação de um setor com o outro, o que dificulta a mensuração dos processos informais existentes na economia.

No próximo capítulo será possível fazer uma verificação do avanço da informalidade no Brasil e perceber o quanto é heterogênea a atividade informal e a sua ligação com o sistema capitalista, uma vez que a informalidade proporciona não apenas um meio de sobrevivência aos trabalhadores, mas também contribui para o processo de acumulação do capital.

3 A INFORMALIDADE NO BRASIL

Este capítulo foi reservado para apresentar o processo de evolução do tema proposto a este trabalho, a informalidade. E como localidade de verificação foi escolhido o Brasil. Será realizado um recorte histórico que permitirá perceber que a informalidade nesse país não é um acontecimento recente, e sim é algo que já faz parte de sua história se for considerado informal o procedimento de escravidão.

Também, serão apresentados alguns dados específicos do número de informais estabelecidos no Brasil segundo a pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE com sua pesquisa intitulada de Economia Informal Urbana – ECINF, bem como outras pesquisas se assim se fizerem necessária à apresentação.

Sendo assim, a pesquisa ECINF se baseia nas definições de trabalho informal, apresentadas na 15ª Conferência de Estatística do Trabalho, realizada pela OIT em 1993. Segundo as definições relacionadas estão: 1) a unidade econômica¹⁴; 2) participam do setor informal as unidades econômicas não agrícolas que geram emprego e renda, havendo a exclusão das empresas de autoconsumo; 3) as unidades do setor informal são caracterizadas pelo baixo nível de organização e produção, bem como pela quase inexistência de separação entre capital e trabalho, enquanto fatores de produção; 4) o substrato da informalidade se refere ao modo de organização e funcionamento da unidade econômica e não o seu status de legalização junto aos órgãos públicos; 5) a unidade produtiva não depende da localidade, da utilização de ativos fixos, da jornada de trabalho e do fato de tratar-se da unidade principal ou secundária. (ECINF 2005).

A ECINF teve como área de pesquisa as Unidades da Federação, bem como as Regiões Metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Goiânia, onde em 1997 foram pesquisados 48.934 domicílios e 2.340 setores. Já para a realização da pesquisa de 2003 a amostra totalizou 54.595 domicílios, em 2.499 setores censitários (ECINF, 1999/2005).

Para a realização das pesquisas o IBGE fez alguns recortes no setor informal, limitando este em atividades econômicas por conta própria e de empregadores com até cinco empregados, sendo estes localizados na zona urbana. Através da definição delimitada para o universo de pesquisa, houve a exclusão das atividades não agrícolas desenvolvidas em áreas

¹⁴ O mesmo que unidade de produção.

rurais, considerando apenas os grandes centros urbanos e o conjunto de práticas econômicas “socialmente aceitas”, realizadas por indivíduos domiciliados.

Portanto, o presente trabalho deixa claro que ao observar os dados apresentado pelo IBGE se utilizara apenas como meio de verificação parcial dos números quantitativos, uma vez que é sabida a dimensão da informalidade no país.

3.1 Recorte histórico da informalidade no mercado de trabalho do Brasil

Para uma melhor compreensão da formação do mercado de trabalho do Brasil, é válido ressaltar que a economia brasileira durante um grande período da história, concentrou seu modo de produção na exploração do trabalho escravista. Assim, eram grandes as quantidades de escravos trazidos ao país, o que, durante o século XIX, implicaria num aumento expressivo da população, como afirma Theodoro (2005):

O Brasil escravista contava, no início do século XIX, com três milhões de habitantes dos quais 1,6 milhão eram escravos; havia 400 mil negros e mulatos libertos e 1 milhão de brancos, o que significa que os escravos representavam mais de 50% da população (THEODORO, 2005, p.92).

Esses números mudariam no decorrer dos anos com a implantação gradativa do processo de abolição escravista, além da forte imigração estrangeira em determinadas regiões do país. Essa transição de mão-de-obra escravista para mão-de-obra remunerada, não foi promissora para a maioria dos ex-escravos, como afirma Theodoro:

No Brasil, a abolição significará a perda de espaço de trabalho para os ex-escravos. Em sua grande maioria, eles não serão assalariados. Com a imigração massiva, os ex-escravos vão se juntar aos contingentes de trabalhadores nacionais livres que não têm oportunidades de trabalho senão nas regiões economicamente menos dinâmicas, na economia de subsistência das áreas rurais ou em atividades temporárias, fortuitas nas cidades (THEODORO, 2005, p.96).

No decorrer do processo histórico do país vai ocorrendo uma série de transformação na economia, na política e no âmbito social, conforme, vai acontecendo o enriquecimento de uns, outros passam a viver uma realidade de pobreza e insatisfação.

Mais precisamente posterior aos anos de 1930 se estendendo até os anos 1980 o Brasil vivenciou um período de estruturação no seu mercado de trabalho, com a implantação corporativista no governo de Getúlio Vargas, através da institucionalização das relações de

trabalho com a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT. Esse período também foi marcado pelo êxodo rural, pelo processo de industrialização do país, bem como o aumento da População Economicamente Ativa - PEA e de atividades assalariadas principalmente nas unidades produtivas tipicamente capitalistas. Dessa maneira criou-se uma esperança no mercado de trabalho brasileiro em relação ao pleno emprego, assim como mostram os números abaixo:

Tabela 2 - Brasil: Evolução da População Economicamente Ativa, da condição de ocupação e do desemprego, 1940/80.

Itens	1940	1980	Variação absoluta anual**	Variação relativa anual
População total	41.165,3	119.002,3	1.945,9	2,69%
PEA	15.751,0	43.235,7		
	100,0%	100,0%	687,1	2,56%
Empregador	2,3%	3,1%	24,4	3,32%
Conta própria	29,8%	22,1%	121,5	1,79%
Sem Remuneração	19,6%	9,2%	22,3	0,63%
Assalariado	42,0%	62,8%	513,4	3,59%
Com registro	12,1%	49,2%	484,2	6,22%
Sem registro	29,9%	13,6%	29,3	0,56%
Desempregado	6,3%	2,8%	5,5	0,50%
Taxa de subutilização*	55,7%	34,1%	140,3	1,13%

Fonte: FIBGE, (apud POCHMANN, 1999, p.68).

*Conta própria, sem remuneração, desemprego.

**Em mil.

A tabela 2 mostra que, conforme Pochmann (1999) apresenta entre o período analisado, a uma taxa média anual de crescimento da PEA de 2,6% houve um aumento do trabalho assalariado em 6,22% enquanto que o grupo dos trabalhadores desempregados, conta própria e sem remuneração caiu de 55,7% em 1940 para 34,1% nos anos 80.

Esse período representa o momento de estruturação do mercado de trabalho no Brasil, como descrito anteriormente. Embora os números confirmem o crescimento do trabalho assalariado com registro, o que se observa é que país não apresentava estruturas sólidas que garantissem trabalho regular para toda a população. Pois, o que se via era muita desigualdade e formas de trabalho precárias, o Brasil apresentava dessa maneira um mercado de trabalho altamente desregulado.

Como visto em Cacciamali (1982) o processo de industrialização, através da substituição de importações, aplicado aos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, e a forma estrutural do mercado de trabalho com grande quantidade de mão de obra barata, afirma que o padrão de desenvolvimento vigente da época não foi capaz de gerar a quantidade ideal para empregar toda a população economicamente ativa, ocasionando um número crescente de trabalhadores livres no mercado de trabalho, ou seja, esse processo de industrialização proporcionou ao país o aumento do excedente da força de trabalho.

A falta de sindicalismo que tomasse a frente o requerimento de uma regularização no mercado de trabalho, contribui fortemente para o domínio da classe capitalista sob as relações de trabalho, sendo os trabalhadores submetidos a salários baixos, alta rotatividade e a falta de proteção social, a que se refere à precariedade das relações de trabalho imposta pela dinâmica do capital.

Esse processo de industrialização também trouxe consigo um aumento expressivo da dívida externa, bem como altas taxas inflacionárias e fortes oscilações na economia brasileira nos finais dos anos 80.

No entanto, foi a partir da década de 1990, que o cenário do mercado de trabalho brasileiro sofreu profundas transformações no que tange o desemprego, a miséria e a violência social. Conforme indica Pochmann (1999, p.75) “observa-se nos anos 90 um movimento de desassalariamento, provocado fundamentalmente pela eliminação dos empregos com registro”. Esse momento também foi marcado pela abertura comercial e financeira da economia, intensificação das privatizações no país, fechamento de postos de trabalho nas indústrias e, em contrapartida, verificou-se um aumento de setores do comércio e serviços na informalidade.

Sob as políticas neoliberais e a perda progressiva da capacidade produtiva no mercado nacional, no Brasil verificou a redução do nível de investimentos, o que conseqüentemente, nesse período levou a elevadas taxas de desemprego e uma forte disseminação de precarização do trabalho, bem como o aumento significativo do excedente da força de trabalho. Esse aumento de trabalhadores desocupados certamente motivou a ampliação do número de trabalhadores informais.

Essa desestruturação do mercado de trabalho no Brasil segundo Pochmann (1999) provocou uma diminuição do total de assalariados com registro no país, o que antes representava 64% da PEA em 1989 passa a representar 58,2% na década de 1995. Enquanto isso os empregos assalariados sem registro apontam uma elevação média anual de 3,12% e

um crescimento de 15,8% no número de desempregados, como pode ser visto na tabela 3 a seguir.

Tabela 3 - Brasil: Evolução da População Economicamente Ativa, da condição de ocupação e do desemprego, 1989/95 (em %)

Itens	1989	1995**	Variação absoluta anual***	Variação relativa anual
População total	144.239,1	152.374,6	734,7	0,91
PEA	62.513,2	70.750,5		
	100,0	100,0	1.372,9	2,08
Empregador	4,2	3,9	22,3	0,83
Conta própria	21,2	22,4	432,6	3,02
Sem Remuneração	7,6	9,0	269,4	5,00
Assalariado	64,0	58,2	194,7	0,48
Com registro	38,3	30,9	-350,0	-1,41
Sem registro	25,7	27,3	541,5	3,12
Desempregado	3,0	6,4	442,1	15,8
Taxa de subutilização*	31,8	37,8	1.144,1	5,07

Fonte: FIBGE, (apud POCHMANN, 1999, p.74).

*Conta própria, sem remuneração e desempregado.

**Exclui o conjunto de pessoas não remunerada com menos de quinze horas semanais de trabalho e os ocupados pelo autoconsumo.

***Em mil.

Verifica-se ainda o aumento significativo dos trabalhadores por conta própria, sem remuneração e desempregados. Onde estes sofreram uma variação relativa anual de 5,07%, totalizando 37,8% da PEA. A classe de empregador, por sua vez, em 1995 apresenta um número inferior com relação 1989, atingindo 3,9% da PEA.

De acordo com a OIT (2006) o que ocorreu com a adoção das reformas de reestruturação produtiva foi:

[...] em lugar do aumento do emprego formal, o que se produziu foi um incremento do desemprego e da informalidade, acentuando-se ainda a precarização dos empregos, associada à insegurança das remunerações, à menor proteção social, à maior rotatividade da força de trabalho etc. Argumentou-se que os maus resultados se deviam ao fato de as reformas não terem sido completadas, ficando na metade do caminho. No entanto, não dispomos de qualquer evidência de que uma dose maior de reformas desse tipo traria melhorias a essa situação. Pelo contrário, a experiência recente faz pensar que mais reformas talvez a piorasse ainda mais (OIT, 2006 apud DRUCK; AMARAL, 44-45, 2011).

Isso implica dizer que o aumento da informalidade ganhou cada vez mais o seu espaço ao ser amplamente substituído do trabalho formal. Aqui confirma o que já foi visto anteriormente, que a dinâmica capitalista cria os espaços para a existência do trabalho informal, uma vez que, verificando o período em questão, percebe-se que, através dos seus movimentos em busca da reestruturação produtiva e estabilização econômica do país, o próprio capital provocou a desestruturação no mercado de trabalho. Foi visto que o desemprego é algo inerente ao sistema capitalista.

Essa desregulamentação e flexibilização marcou os anos 1990 com a intensificação do trabalho terceirizado, este que já visto nos capítulos anteriores, é mais uma forma encontrada pela dinâmica do capital para o seu processo de reprodução, uma vez que ao explorar a mão de obra terceirizada, ele provavelmente terá uma redução de custos e possivelmente ganhos de produtividade. Em outras palavras, os trabalhadores terceirizados na maioria das vezes são trabalhadores assalariados sob a aparência de trabalhadores autônomos ou não empregados diretos da empresa onde exercem a sua atividade, sendo estes contratados para trabalharem em atividades formais.

Aí é perceptível a relação do formal com o informal, onde o primeiro se utiliza do segundo para o procedimento de exploração da sua força de trabalho, a qual resultará na produção de mais valia que é o grande objetivo do sistema capitalista. Essa relação no mercado de trabalho resultará no aparecimento de uma série de atividades informais, sejam elas diretamente ou indiretamente ligadas aos processos produtivos formais, além das atividades informais traduzidas apenas como meio de subsistência.

Além do processo de terceirização, o qual também foi resultado da redução da quantidade de trabalhos formais no país, devido ao fechamento de postos de trabalho, e a flexibilidade das leis trabalhistas, levou o mercado nacional a um processo de desemprego estrutural, disseminando, portanto, o aumento das atividades informais, como o trabalho clandestino, trabalho a domicílio, comércio de rua, trabalhadores por conta própria, entre outros.

No próximo ponto será apresentado a pesquisa realizada pela ECINF/IBGE a qual permite ter uma compreensão quantitativa dos indicadores relacionados à informalidade nos anos 1997 a 2003 no Brasil, possibilitando fazer um comparativo entre as duas pesquisas e levando ao entendimento do processo evolutivo da informalidade no país.

3.2 Considerações acerca da ECINF 1997/2003

Como falado inicialmente a ECINF compreende um estudo realizado pelo IBGE no intuito de verificar o âmbito do setor informal na economia brasileira, a fim de caracterizar as unidades produtivas e proporcionar um melhor entendimento da dimensão do setor informal do Brasil. Foi visto que a pesquisa exclui as atividades desenvolvidas nas áreas rurais, bem como empregada doméstica, empresas de autoconsumo, comerciantes de rua, entre outros. Sendo assim, de acordo com a ECINF (1999) a informalidade é:

Na operacionalização estatística desta definição, decidiu-se que pertencem, ao setor informal todas as unidades econômicas de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até cinco empregados, moradores de áreas urbanas, sejam elas a atividade principal de seus proprietários ou atividades secundárias (ECINF/IBGE, 1999, p.16).

É sabido que a partir dos anos 1990 o Brasil presenciou uma onda de desemprego e fechamento de postos de trabalhos formais, o que proporcionou um crescimento significativo da informalidade no mercado de trabalho, sob condições cada vez mais precárias nas relações trabalhistas.

Segundo o IBGE (1999) em sua pesquisa¹⁵ realizada sobre o setor informal brasileiro, a qual divide os trabalhadores por conta própria e empresas com até cinco empregados (somente atividades não agrícola) estimou que existiam no Brasil cerca de 9.580.840 trabalhadores exercendo atividades informais (dentro dos critérios de avaliação), conforme pode ser verificado a seguir na tabela 4.

Tabela 4 - Pessoas ocupadas por tipo de empresa informal por regiões do Brasil – 1997

Regiões	Empresas não agrícolas com até 5 empregados		
	Tipo de empresa		Total
	Conta própria	Empregador	
Norte	456.269	62.511	518.780
Nordeste	2.199.473	302.046	2.501.519
Sudeste	3.714.934	673.150	4.388.084
Sul	1.257.230	227.519	1.484.749
Centro-Oeste	562.704	125.004	687.708
Total	8.190.610	1.390.230	9.580.840

Fonte: ECINF/IBGE (1999)

¹⁵ Faz referência a pesquisa intitulada de Economia Informal Urbana – ECINF.

Constata-se que o grupo de trabalhadores por conta própria representava a maior parcela do total de trabalhadores informais nessa comparação. Enquanto existiam aproximadamente 85,49% de trabalhadores por conta própria os pequenos empregadores representavam cerca de 14,51% do total de informais. A população economicamente ativa nesse período, segundo o IBGE, correspondia a um total de 75.213.283 pessoas, o que vale dizer que aproximadamente 12,74% dessa população se encontravam na informalidade.

Se tratando da mesma pesquisa apresentada pelo IBGE verificou-se que, dentre as empresas que informaram o seu faturamento do mês de outubro de 1997, o setor informal movimentou cerca de R\$ 12,8 bilhões, o que corresponde a 8% do PIB do mesmo período. O faturamento médio dessas empresas foi de R\$ 1.405,00, onde R\$ 931,00 pertenciam aos trabalhadores por conta própria e R\$ 4.262,00 aos empregadores.

Dentre as empresas pesquisadas 26% desenvolviam atividades na área do comércio e 20% estavam ligadas a serviços de reparação, pessoais, domiciliares e de diversão, onde 87% delas não eram regulamentadas e não estavam vinculadas a sindicatos.

Segundo Cacciamali (2000) a expansão do trabalho por conta própria estaria ligada aos seguintes motivos:

- (i) racionamento dos empregos assalariados e ausência de políticas públicas compensatórias; (ii) oportunidades de ganhos superiores àqueles dos empregados assalariados de média e baixa qualificação; (iii) expansão de atividades de serviços; e (iv) estratégia de sobrevivência implementada pelos indivíduos que apresentam dificuldades de reemprego ou de ingresso no mercado de trabalho, freqüentemente, nessa última situação, poderão exercer trabalhos de baixa produtividade (CACCIAMALI, 2000, p.160).

Ainda analisando a situação do Brasil em 1997 no que tange os trabalhadores por tipo de ocupação, 10% dos empregados no setor informal estavam sem a devida regulamentação, isto é, se encontravam sem carteira assinada e a maior parcela dos trabalhadores correspondia aos de conta própria, conforme tabela 5.

Tabela 5 - Pessoas ocupadas em empresas do setor informal por tipo de ocupação no Brasil – 1997

Tipo de ocupação	%
Empregadores	12
Empregados sem carteira assinada	10
Empregados com carteira assinada	7
Conta própria	67
Não-Remunerados	4

Fonte: ECINF/IBGE (1999)

Portanto, os números aqui validados confirmam a substituição do trabalho formal pelo informal, percebendo que durante os anos 90 o Brasil vivenciou altas taxas de desemprego chegando a atingir aproximadamente cerca de 7 milhões de pessoas. Isso significa dizer que a expansão de trabalhadores livres sem a oportunidade de engajamento nos postos de trabalho formais os conduziu a criarem formas de sobrevivência, bem como o próprio movimento capitalista como forma de reestruturação buscou no trabalho informal uma forma de garantir a sua reprodução.

Seguindo a observação de dados a respeito da evolução da informalidade no Brasil, será verificado, segundo o IBGE (2005) que, enquanto no ano de 1997 existiam aproximadamente 9.580.840 trabalhadores exercendo atividades informais dentro do critério de avaliação, em 2003 passam a existir 10.335.962 (para mais) empresas informais no país, sofrendo uma variação estimada em 9% em relação 1997. Nessas empresas havia no ano de 2003 a ocupação de 13.860.868 pessoas (totais). A pesquisa atual mostra que 98% das empresas não agrícolas com até cinco empregados fazem parte do setor informal, sejam elas regularizadas ou não.

Desse total de trabalhadores informais apresentados, 88% são trabalhadores por conta própria e somente 12% representavam os pequenos empregadores, onde esses reduziram aproximadamente 6,6% em relação ao seu total em 1997, de acordo a tabela 6. O total estimado comparado ao último ano de observação (1997), o Brasil continuou apresentando relevância nos seus números de informalidade.

Conforme a pesquisa consultada, a maior parte desses trabalhadores se encontra no comércio e serviço, representando 33% do total. No entanto, tem-se a queda do número do pequeno empregador. Partindo dessa observação, conforme a tabela 6, o trabalhador por conta própria passa a empregar mais que o pequeno empregador. Em relação a receita total das pequenas unidades produtivas, a ECINF (2005) mostra que em 2003 os pequenos negócios informais representavam apenas 6% do PIB enquanto que em 1997 a representatividade era de 8%, portanto houve uma redução na participação da informalidade em relação ao PIB.

**Tabela 6 - Evolução do número de empresas informais e das pessoas ocupadas
1997 – 2003**

Empresas do setor informal						
	Ano 1997		Ano 2003		Varição 1997/2003 %	
	Conta própria	Empregador	Conta Própria	Empregador	Conta própria	Empregador
Número de empresas	8.151.616	1.326.357	9.096.912	1.239.050	11,6	-6,6
Pessoas ocupadas	8.589.588	1.568.954	9.514.629	1.448.629	10,7	-7,7

Fonte: ECINF/IBGE (2005)

Contudo, é válido ressaltar que entre o período analisado o PIB brasileiro apresentou oscilações no decorrer dos anos. De acordo com a SEI/IBGE em 1997 o PIB saiu de uma variação corresponde a 3,4% para 1,1% em 2003, como pode ser visto na tabela 7. Sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, esse momento foi bastante marcante para o Brasil, uma vez que além dos problemas internos o país foi afetado por crises¹⁶ externas que impactaram no dinamismo da economia local. Na tentativa de reverter esse quadro, o Brasil elevou a taxa de juros, e teve como consequência a redução do crescimento e o aumento da taxa de desemprego.

Tabela 7 – Variação anual da taxa de crescimento e da taxa de desemprego no Brasil entre os anos de 1997 e 2003

Ano	Em R\$ bilhões correntes	Taxa de crescimento (%)	Taxa de desemprego (%)
1997	939,1	3,4	10,2
1998	979,3	0,0	11,1
1999	1.065,0	0,3	12,0
2000	1.179,5	4,3	12,0
2001	1.302,1	1,3	12,1
2002	1.477,8	2,7	12,6
2003	1.700,0	1,1	12,1

Fonte: SEI/IBGE (vários anos)

Portanto, sob a baixa estabilidade da economia e as flutuações da taxa de desemprego é possível verificar que esse quadro contribuiu de forma significativa para o desarranjo do

¹⁶ Crise Asiática em 1997 e crise da Rússia em 1998.

mercado de trabalho brasileiro no período apresentado na tabela 7, bem como para o estímulo da informalidade, uma vez que segundo a PME/IBGE aponta que durante os anos 90 o trabalho informal no Brasil aumentou 22%, onde os trabalhadores sem carteira assinada tiveram um aumento de 27%, enquanto os trabalhadores por conta própria aumentaram em 17% (KJELD et al, 1996).

Segundo a ECINF/IBGE (2005), dentre as pessoas empregadas na pesquisa realizada em 2003, 69% eram trabalhadores por conta própria, 10% empregadores, 10% empregados sem carteira assinada, 6% empregados com carteira assinada e 5% eram não remunerados. Comparando a pesquisa de 2003 com a de 1997 percebe-se que houve uma queda no número de trabalhadores com carteira assinada, bem como o aumento dos trabalhadores por conta própria, não remunerados e empregados sem carteira assinada, de acordo com a tabela 8.

Tabela 8 - Pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, por posição na ocupação 1997-2003

Categorias Sócio-Ocupacionais	1997	%	2003	%
Empregadores	1.568.954	12	1.448.284	10
Empregados sem carteira assinada	1.320.682	10	1.338.349	10
Empregados com carteira assinada	874.043	7	797.300	6
Conta própria	8.589.588	67	9.514.629	69
Não-Remunerados	517.153	4	706.963	5
Total	12.870.421	100	13.860.868	100

Fonte: ECINF/IBGE (2005)

A verificação que se faz é a persistência da quantidade dos trabalhadores por conta própria e dos empregados sem carteira assinada, o que permite dizer que o sistema capitalista provoca estímulos a existência do autoemprego e do subemprego, pois para o dinamismo do modo de produção capitalista, esse tipo de ocupação e relação de trabalho favorecem benefícios à reprodução do capital, o qual encontra a oportunidade de se desviar dos encargos trabalhistas que por ventura tenham que pagar, além de encontrarem na informalidade formas de sobrevivência.

Pode-se completar também, que a partir da exploração dessa classe de trabalhadores por conta própria vem o interesse, talvez institucional, da geração de emprego, sendo incentivados por ilusões de microcrédito, apoio governamental, capacitações empresariais que os alienam a conviver nas condições de subemprego. A dinâmica capitalista através de suas

estratégias atrai o trabalhador e faz com que esse acredite que o incremento de sua situação econômica é sucesso favorável a ele, uma vez que o sucesso pertence ao grande capital sob a exploração do pequeno.

Essa informalidade que ainda é representativa no país pode ser explicada, por exemplo, devido a grande existência de trabalhadores sem registro na carteira profissional, os contratos informais de serviço, as falsas cooperativas de trabalho, o trabalho a domicílio, os autônomos sem inscrição na previdência social, a evasão fiscal dos micro empreendimentos, os vendedores ambulantes, entre outros, os quais representam e definem a heterogeneidade da informalidade do Brasil.

Embora, a pesquisa realizada pelo IBGE (ECINF 1997/2003), não represente com precisão absoluta os números de toda a informalidade existente no país, pois esta exclui os trabalhadores rurais, empregadas domésticas, empresas de autoconsumo, entre outros segmentos, de qualquer modo proporcionou uma verificação parcial da informalidade no Brasil.

A partir de 2004 (posterior à última ECINF realizada) a economia brasileira passou por momentos de crescimento, chegando a atingir aproximadamente 6,1% de crescimento em 2007, e sofrendo uma redução significativa -0,3% em 2009, pós-crise mundial ocorrida em 2008. Verifica-se que a taxa de desemprego tem reação negativa com o crescimento da economia, no entanto, ainda que exista o crescimento a taxa de informalidade continua em números elevados, conforme tabela 9.

Tabela 9 - Taxa de Desemprego e de Informalidade 2002-2011

Ano	Taxa de crescimento (PIB)	Taxa de Desemprego	Taxa de Informalidade
2002	2,7%	9,1%	43,6%
2003	1,1%	9,7%	42,3%
2004	5,7%	8,9%	42,5%
2005	3,2%	9,3%	41,4%
2006	4,0%	8,4%	40,7%
2007	6,1%	8,2%	39,1%
2008	5,2%	7,1%	38,1%
2009	-0,3%	8,3%	37,4%
2011	2,7%	6,7%	32,7%
2011-2002		-2,2p.p.	-10,9p.p.

Fonte: SEI/IBGE e PNAD (vários anos)

Nota: Elaboração própria

A tabela 9 mostra a ocorrência das taxas de crescimento, desemprego e informalidade segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD e SEI/IBGE. Verifica-se que de 2002 até 2011 tanto o desemprego como a informalidade sofreram redução. A redução da taxa de informalidade pode estar relacionada à abertura de novos postos de trabalho devido o crescimento vivenciado pela economia brasileira no período indicado, ou até mesmo programas de formalização incentivados pelo governo.

No entanto, não significa dizer que, ainda que as taxas de informalidade no país tenham sofrido certa redução em seus números, a informalidade será extinta no Brasil. O presente trabalho concorda com a ideia de que a informalidade é algo intrínseco do capitalismo brasileiro e comum aos países em desenvolvimento, assim como o desemprego é produto da dinâmica capitalista, conseqüentemente, a informalidade também se faz seu produto.

O que preocupa são as formas de trabalho que são desenvolvidas dentro da informalidade. A dinâmica do capital não se atenta para as condições ideais de trabalho para os seus subordinados, o trabalhador por sua vez se sente cada dia mais coagido diante da feracidade que o modo de produção capitalista impõe, muitas vezes ele não pensa nem em seus benefícios que é por direito, apenas pensa na necessidade de sua sobrevivência dentro desse mundo tão desigual.

Como proposto inicialmente, este capítulo se resumiu a apresentar o avanço da informalidade no Brasil. Uma vez que devido a heterogeneidade dos processos informais não tenha sido possível apresentar com exatidão os números equivalentes a estes, espera-se que dentro das limitações de dados se tenha percebido que a informalidade é algo inerente ao sistema capitalista brasileiro.

3.3 Características da informalidade no Brasil

Nesta seção serão apresentados alguns aspectos da informalidade no Brasil segundo o estudo realizado pela ECINF (2005). Já foi posto que a ECINF se limita a unidade econômica, e não ao trabalhador individual. Contudo, será possível apresentar algumas características das pessoas que em 2003 estavam ocupadas nas empresas do setor informal e analisar assim a sua dimensão segundo o sexo, escolaridade, ocupação, entre outros.

Como já visto na tabela 8 do ponto anterior, 13.860.868 foi o número de pessoas ocupadas nas empresas do setor informal no ano de 2003. Desse número cerca de 69%

correspondiam aos trabalhadores por conta própria, 10% aos empregadores, 10% aos empregados sem carteira assinada, 6% possuíam carteira assinada e 5% correspondia aos não remunerados.

Verificando o número total de pessoas ocupadas em empresas informais (13.860.868) de acordo com o sexo será constatado que a maioria das pessoas ocupadas nas empresas informais são homens, os quais correspondiam a aproximadamente cerca de 64%, ficando as mulheres com 36% do total de pessoas. No entanto o número de mulheres não-remuneradas era superior ao número de homens não-remunerados, enquanto que os homens representavam 36% dos não-remunerados as mulheres despontavam com 64%, conforme a tabela 10.

Tabela 10 - Pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, por posição na ocupação, segundo o sexo - Brasil 2003

Posição na ocupação em empresas informais*	Total	Homens	Mulheres	Sem declaração
Conta própria	9.514.629	6.210.393	3.303.376	860
Empregados sem carteira assinada	1.338.349	910.192	428.106	51
Não-Remunerados	706.963	254.722	452.238	4
Sem declaração	55.343	38.918	9.494	6.931
Total	11.615.284	7.414.225	4.193.214	7.846

Fonte: ECINF/IBGE (2005)

* Foram excluídos da observação os empregadores e trabalhadores com carteira assinada.

No que se referem os trabalhadores sem carteira assinada, ao fazer um comparativo entre os anos de 1997 e 2003, verifica-se de acordo com a ECINF (1999/2003) que os homens em 1997 representavam aproximadamente 70,5% do total de trabalhadores sem carteira assinada, enquanto que as mulheres representavam cerca de 29,5%. Em 2003 esses valores se alteraram para 68% correspondente aos homens e 32% representavam as mulheres no total de empregados sem carteira assinada, o que permite dizer que em termos percentuais desse total houve um aumento na quantidade de mulheres empregadas sem carteira assinada, enquanto que os homens sofreram uma pequena redução.

Se tratando dos trabalhadores por conta própria, em 1997 os homens representavam 64,4%, enquanto que em 2003 esse número sobe para 65,3% do total de trabalhadores por conta própria. As mulheres, no entanto, em 1997 representavam cerca de 35,6%, passando a representar em 2003 aproximadamente 34,7% dos trabalhadores por conta própria, conforme pode ser verificado nas ECINF (1999/2005).

Do total de pessoas ocupadas em empresas do setor informal é válido destacar que o maior número (4.936.776) de pessoas não havia terminado o ensino fundamental, onde 3.713.972 pessoas correspondiam aos trabalhadores por conta própria e 466.751 representavam os trabalhadores sem carteira assinada. Cerca de 8,1% do total de trabalhadores informais não possuía nenhum grau de instrução, enquanto que 21,7% das pessoas tinham o ensino médio completo e cerca de 10% haviam iniciado o ensino superior, conforme pode ser analisado na tabela 11.

Tabela 11 – Ocupação em empresas do setor informal por conta própria, empregados sem carteira assinada e não-remunerados segundo o grau de instrução – Brasil 2003

Nível de instrução	Total	Conta própria	Empregado sem carteira assinada	Não-remunerados
Sem instrução ou menos de um ano de estudo	1.127.017	944.990	68.389	42.488
Ensino fundamental incompleto	4.936.776	3.713.972	466.751	236.352
Ensino fundamental completo	1.959.739	1.341.903	215.835	80.281
Ensino médio incompleto	1.403.588	848.114	216.421	126.418
Ensino médio completo	3.011.799	1.787.555	304.808	174.843
Superior incompleto	440.027	259.718	40.151	18.996
Superior completo	951.156	599.419	24.205	26.810
Sem declaração	30.764	18.958	1.790	776
Total	13.860.868	9.514.629	1.338.349	706.964

Fonte: ECINF/IBGE (2005)

A pesquisa aponta ainda que as mulheres possuíam melhor grau de instrução, embora o maior número de informais fossem homens, a proporção de mulheres com nível superior era maior em relação aos homens, cerca de 8,3% das mulheres tinham ensino superior completo, enquanto que apenas 6% representavam os homens. Aproximadamente 7,6% das mulheres que trabalhavam por conta própria possuíam alguma graduação, enquanto que entre os homens apenas 5,6% eram graduados. Em relação aos empregados sem carteira assinada as mulheres também se destacam com o melhor grau de instrução, estas representam 3,4% e os homens apenas 1%.

A maior parte dos trabalhadores por conta própria possuía apenas o ensino fundamental incompleto, os quais representavam em 1997, de acordo com a ECINF (1999), cerca de 49% das pessoas ocupadas por conta própria. Já em 2003, conforme a tabela 11, o que se percebe é que houve uma redução desse percentual, pois a representatividade vista no

ano de 2003 foi de aproximadamente 39%. No entanto, não é possível dizer o mesmo com relação as pessoas sem instrução ou com menos de um ano de estudo, estes representavam em 1997 o equivalente a 8,7% do total de pessoas que trabalhavam por conta própria, enquanto que esse número em 2003 passou a ser representado por 9,9%, estabelecendo, portanto, um crescimento percentual do número de trabalhadores por conta própria sem grau de instrução ou com menos de um ano de estudo.

Com respeito ao setor de atividade constatou-se que a maior parte das pessoas se encontravam no comércio, estas respondiam a 34,8% do total de pessoas ocupadas, 16,2% estavam na indústria de transformação e extrativa e cerca de 15,2% desenvolviam atividades na área de construção civil. Pode-se dizer que essas três atividades foram as que mais empregaram trabalhadores informais segundo a pesquisa ECINF (2005), onde juntas empregaram cerca de 66,2% das pessoas, conforme pode ser analisado na tabela 12.

Tabela 12 - Pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, por posição na ocupação de conta própria, empregados sem carteira assinada e não remunerados, segundo os grupos de atividade - Brasil 2003

Grupos de atividade	Total	Conta própria	Empregado sem carteira assinada	Não-remunerados
Ind. de transformação e extrativa	2.237.918	1.527.551	235.403	116.735
Construção civil	2.113.654	1.658.054	233.205	9.301
Comércio e reparação	4.831.701	3.117.444	474.500	364.437
Serviços de alojamento e alimentação	1.124.655	640.421	132.237	159.122
Transp. armazenagem e comunicações	946.977	793.156	48.788	8.989
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	934.215	595.432	85.499	18.421
Educação, saúde e serviços sociais	530.095	265.727	41.727	6.674
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1.000.690	797.747	82.293	16.135
Outras Atividades	44.333	31.441	3.641	323
Atividades mal definidas	96.630	87.656	1.057	6.827
Total	13.860.868	9.514.629	1.338.349	706.963

Fonte: ECINF/IBGE (2005)

Em relação ao comércio e reparação 4.831.701 pessoas desenvolviam suas atividades nessa área, desse total aproximadamente 64,5% correspondiam aos trabalhadores por conta própria, enquanto que 9,8% representavam os trabalhadores sem carteira assinada e os não-remunerados, por sua vez, possuíam a fatia de 7,5% do total. Do total de trabalhadores sem

carteira assinada 35,4% estavam ocupando o comércio e reparação enquanto que 17,5% ocupavam a indústria de transformação e extrativa.

Como já afirmado anteriormente na tabela 8, a ocupação que mais cresceu entre os anos de 1997 e 2003 foi a ocupação de conta própria em empresas do setor informal. Onde em 1997 havia cerca de 67% das pessoas informais nessa ocupação e em 2003 esse número passou para 69%, em números absolutos entre os anos de 1997 e 2003 houve um aumento de 925.041 trabalhadores informais em posição de conta própria, momento em que o PIB¹⁷ da economia brasileira crescia em média 1,9% ao ano.

Tabela 13 - Pessoas ocupadas em empresas do setor informal na ocupação de conta própria segundo grupo de atividade - Brasil 1997 e 2003

Grupo de Atividade	Conta própria			
	1997		2003	
	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
Ind. de transformação e extrativa	1.013.391	11,8	1.527.551	16,1
Construção civil	1.354.028	15,8	1.658.054	17,4
Comércio e reparação	2.185.644	25,4	3.117.444	32,8
Serviços de alojamento e alimentação	722.331	8,4	640.421	6,7
Transp. armazenagem e comunicações	606.098	7,1	793.156	8,3
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	-	-	595.432	6,3
Educação, saúde e serviços sociais	905.773	10,5	265.727	2,8
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1.777.010	20,7	797.747	8,4
Outras Atividades	24.466	0,3	31.441	0,3
Atividades mal definidas	-	-	87.656	0,9
Sem declaração	847	0,0	-	-
Total	8.589.588	100	9.514.629	100

Fonte: ECINF/IBGE (1999 e 2005)

Sendo assim, em análise a tabela 13 é possível constatar a evolução da informalidade no período em questão nesse tipo de ocupação. As três atividades que mais empregaram trabalhadores informais em 2003 apresentavam números expressivos na quantidade de pessoas ocupadas por conta própria. O comércio e reparação representava em 1997 aproximadamente 25,4% do total de conta própria, em 2003 essa representatividade passar a ser de 32,8%, o que significa que o comércio e reparação é a atividade que mais absorve os trabalhadores informais.

¹⁷ Ver PIB na tabela 7.

De acordo a verificação feita na pesquisa ECINF (2005) constata-se que em 2003 o maior número de homens se encontrava nos setores da indústria, comércio e reparação e construção civil, esse número correspondia a 68,1% do total de homens informais atuando nesses três setores. As mulheres, por sua vez se destacavam em relação aos homens nos serviços de alojamento e alimentação bem como na educação, saúde e serviços sociais, ocupando 10,3% e 12,7% respectivamente, enquanto os homens representavam apenas 8,7% do total das duas atividades, conforme apresenta a tabela 14.

Tabela 14 - Pessoas ocupadas nas empresas do setor informal por sexo segundo os grupos de atividade - Brasil 2003

Grupos de atividade	Homens	Mulheres
Ind. de transformação e extrativa	1.049.098	1.188.807
Construção civil	2.088.776	24.878
Comércio e reparação	2.907.365	1.918.945
Serviços de alojamento e alimentação	609.682	514.973
Transp. armazenagem e comunicações	893.764	53.212
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	680.550	251.484
Educação, saúde e serviços sociais	166.793	363.043
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	368.188	632.502
Outras Atividades	28.663	15.670
Atividades mal definidas	79.499	17.131
Total	8 872 377	4.980.645

Fonte: ECINF/IBGE (2005)

A ECINF (1999/2005) também apresenta que os homens possuíam melhor rendimento em relação às mulheres. Segundo a pesquisa em 1997 os homens ganhavam em média R\$ 253,00 e em 2003 estes passaram a render R\$ 378,00, isto é, os homens passaram a ganhar em média R\$ 125,00 a mais em 2003, enquanto que as mulheres em 1997 tinham rendimento médio de R\$ 218,00, e em 2003 passaram a ganhar R\$ 120,00 a mais, ou seja, elas rendiam em média R\$ 338,00, o que é possível afirmar que os homens ganhavam aproximadamente 11,9% a mais que as mulheres.

No total, os rendimentos¹⁸ médios entre os anos de 1997 e 2003 passaram de R\$ 240,00 para R\$ 363,00, o que permite dizer que ocorreu um aumento médio de aproximadamente 51,2% em cinco anos, conforme verificação pode ser feita na tabela 15.

Um ponto curioso da pesquisa é que as pessoas que possuíam apenas o ensino fundamental completo ganhavam mais do que as outras que tinha melhor instrução, isto é, ganhavam mais que as pessoas com ensino médio incompleto e não muito distante das com ensino médio completo. Em números significa dizer que em 2003, por exemplo, o trabalhador com ensino fundamental completo ganhava em média R\$ 371,00 enquanto que o trabalhador com ensino médio incompleto possuía rendimentos de R\$ 292,00.

Tabela 15 - Rendimento médio do trabalho das pessoas ocupadas nas empresas do setor informal por sexo, segundo características selecionadas - Brasil 2003

Características selecionadas	Rendimento médio do trabalho das pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, com rendimento (R\$) (1)							
	Total*		Sexo					
			Homens		Mulheres		Sem declaração	
Ano	1997	2003	1997	2003	1997	2003	1997	2003
Total	240	363	253	378	218	338	-	240
Nível de instrução								
Sem instrução ou menos de um ano de estudo	215	331	226	344	183	272	-	-
Ensino fundamental incompleto	217	339	224	357	190	273	-	-
Ensino fundamental completo	249	371	272	395	214	316	-	-
Ensino médio incompleto	212	292	238	299	180	281	-	240
Ensino médio completo	281	371	341	396	241	351	-	-
Superior incompleto	332	441	441	522	248	379	-	-
Superior completo	477	795	498	1.017	464	668	-	-
Sem declaração	277	349	252	363	319	305	-	240
Posição na ocupação								
Empregado com carteira assinada	290	436	315	472	261	399	-	-
Empregado sem carteira assinada	208	316	222	335	174	275	-	240

Fonte: ECINF/IBGE (2005)

*Valores reais correspondentes ao rendimento médio dos anos de 1997 e 2003 (sem correções inflacionárias).

¹⁸ Exclusive os proprietários.

Salvo essa exceção, de acordo com a tabela 15, é percebido que quanto maior o grau de instrução das pessoas ocupadas nas empresas do setor informal melhores são os seus rendimentos, os trabalhadores com ensino superior completo em 2003 possuíam ganhos médios de R\$ 795,00, o que corresponde a aproximadamente 140,2% a mais que um trabalhador sem instrução ou com menos de um ano de estudo, o qual em média ganhava apenas R\$ 331,00. No entanto, ainda que as mulheres possuíssem melhor grau de instrução que os homens, os seus rendimentos permaneciam abaixo do que eles ganhavam isso provavelmente se deve ao processo histórico cultural do país que ainda permanece colocando as mulheres em bases inferiores as dos homens.

No que diz respeito aos empregados sem carteira assinada fica claro que estes possuíam rendimentos inferiores em relação aos empregados com carteira assinada, de acordo com a tabela 15. Em 1997 os trabalhadores sem carteira assinada ganhavam em média R\$ 208,00, isto é, 39,5% a menos que os trabalhadores com carteira assinada. Já em 2003 essa diferença nos rendimentos médios cai para 38%, onde os empregados sem carteira assinada ganhavam em média R\$ 120,00 a menos que os empregados com carteira assinada, os quais recebiam o equivalente a R\$ 436,00.

Para a constatação de que houve uma queda nos rendimentos médios entre os anos de 1997 e 2003, segundo a pesquisa ECINF (2005) ao se fazer a correção inflacionária sobre os rendimentos médios apresentados em 1997 para os valores de 2003, verifica-se que as pessoas ocupadas nas empresas do setor informal recebiam em 1997 o equivalente a R\$ 373,00, ou seja, em 2003 as pessoas ocupadas nas empresas do setor informal rendiam em média R\$ 10,00 a menos, sendo verificado, portanto, uma inferioridade nos rendimentos.

Dessa maneira, constata-se, através dos dados, a presença significativa da informalidade no Brasil. Foi visto que no país o maior número de informais estão estabelecidos na ocupação de conta própria e que estes, em sua maioria, estão executando as suas atividades no comércio e reparação. De acordo com Cacciamali (2000), esse crescimento de trabalhadores por conta própria pode ser justificado pela falta de políticas públicas e pela dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal.

Assim, a ocupação por conta própria torna-se a alternativa mais utilizada pelos trabalhadores que se encontram fora do mercado formal, o que explica a grande heterogeneidade dessa atividade. A formação dessa ocupação é caracterizada pelo baixo nível de instrução por parte dos trabalhadores, os quais em sua maioria não terminaram nem mesmo o ensino fundamental, segundo as pesquisas estudadas até aqui.

Os dados sobre os trabalhadores sem carteira assinada, por sua vez, também afirmam a evolução da informalidade no país, ao comparar a ECINF realizada em 1997 com a pesquisa de 2003. Esses trabalhadores além dos baixos rendimentos que possuem, estão alheios a proteção das leis trabalhistas, e por necessidade da renda que adquirem nessa forma precária de trabalho, muitas vezes se calam e não buscam por seus direitos.

Portanto, diante da apresentação dos dados neste capítulo é possível observar e confirmar que o processo de informalidade no Brasil é algo que ocorre desde sempre, ou seja, a informalidade é parte integrante do sistema capitalista brasileiro, o qual se utiliza dos processos informais para continuar o seu processo de reprodução.

Embora as pesquisas ECINF, realizadas nos anos de 1997 e 2003, apresentem um número muito maior de informações a respeito do setor informal brasileiro, este trabalho se limitou apenas aos dados até então apresentados. A reflexão que se faz através das características das pessoas que ocupavam as empresas do setor informal em 2003 é que os dados confirmam a existência dos baixos rendimentos proposto a este setor, além do baixo nível de escolaridade e do número expressivo de empregados sem carteira assinada.

Entretanto, é válido refletir sobre o crescimento do setor informal na economia brasileira, pois se para o capitalista a informalidade é mais uma forma do processo de acumulação do capital, para os trabalhadores ela é só um meio deles viverem as formas precárias e socialmente desiguais estabelecidas pelo sistema capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado nesse trabalho possibilitou a compreensão das relações de trabalho vigentes desde muito antes da integração do sistema capitalista nas sociedades. Foi posto que desde o instante em que houve a desapropriação dos meios de produção do trabalhador, este passou a ser instrumento de exploração para a acumulação de riqueza da classe burguesa, como visto em Marx (1996).

No processo evolutivo da dinâmica capitalista verificou-se a necessidade de uma classe desprovida de benefícios econômicos e sociais, que esteja sempre fora da relação formal de trabalho, permitindo que o capitalista seja o controlador de todo o processo da relação capital x trabalho. Este por sua vez é quem determinará os níveis de salários, bem como a quantidade de trabalhadores que deverão ser empregados, conforme o seu interesse para o aumento da produtividade e, por conseguinte na obtenção de lucros.

Os trabalhadores excluídos dos processos formais de trabalho são induzidos a buscarem meios alternativos de sobrevivência, vivendo sob a ilusão de que no futuro poderá vivenciar uma situação de pleno emprego dentro do sistema capitalista. Muitos desses trabalhadores encontram nas atividades informais alternativas que possibilitam a sua subsistência e reprodução.

No entanto, ficou evidente que o desemprego é produto da própria dinâmica do capital como forma de se reajustar e continuar garantindo a sua reprodução. Através do desemprego é possível criar uma massa excedente de trabalhadores livres os quais serão utilizados de acordo o interesse capitalista.

Logo, o próprio sistema gera o exército de reserva, que além de contribuir para a baixa dos salários, forçam os trabalhadores a exercerem atividades informais que contribuirão na maioria das vezes para facilitar o processo de circulação da produção capitalista, a exemplo dos pequenos comerciantes autônomos.

Essa massa excedente será alocada no mercado de trabalho informal, o qual para este trabalho se define como sendo o espaço precário de subordinação ao capital. Pois, é nesse espaço que os trabalhadores livres se submetem a viver relações de trabalho cada vez mais precárias. O trabalho informal aqui é visto como, além de ser uma alternativa de sobrevivência para o trabalhador, ele também é parte integrante do processo de reestruturação produtiva do capital, concordando, portanto, com Cacciamali (2000) e Soares (2008).

Essa afirmação dá o direito de dizer que o trabalho informal não está apenas como absorvedor de trabalhadores que se encontram fora do mercado de trabalho formal e se

utilizam da informalidade como meio de sobrevivência, mas que também está ligado ao processo de produção capitalista.

A constatação para esse argumento pode ser analisado a partir do momento em que se percebe a relação capital x trabalho dentro do mercado de circulação. Uma vez que uma empresa capitalista gera lucros ao se apropriar da produção de trabalhadores informais, já se verifica a utilização do trabalho informal como meio de reprodução do capital.

Alguns estudos acerca do tema, como por exemplo, o realizado pela OIT em 1972, se remetiam ao trabalho informal com algo dualista, dividindo este em setores da economia, existindo o setor formal e o setor informal, ambos independentes um do outro. No entanto, em concordância com os autores Soares (2008) e Souza (1980), o trabalho informal possui relações diretas e indiretas junto ao modo de produção capitalista, ele é, com frequência expressiva nos dias atuais, utilizado pelos processos formais como meio de exploração de mais valia, o que refuta a ideia de que estes são independentes.

O trabalho informal está inserido num contingente de atividades informais sejam elas como formas de sobrevivência, sejam como meios utilizados pelo capital para a sua reprodução. Essas atividades realizadas pelos trabalhadores informais são em sua grande maioria trabalhos manipulados pelo sistema, sendo eles executados em atividades que dizem respeito à formalidade. Essa é mais uma maneira que o sistema encontra de obter a sua lucratividade, seja terceirizando a mão de obra, seja burlando as leis trabalhistas, entre outras maneiras que são usadas estrategicamente para o processo de acumulação.

Isso se confirmou com os dados apresentados no terceiro capítulo deste trabalho sobre o processo de evolução da informalidade no Brasil, uma vez que foi nos anos 1990 que registrou o maior número de trabalhos terceirizados e subproletarizados, bem como o registro dos elevados números de trabalhadores informais no país em face às altas taxas de desemprego. No entanto, diante dos dados da ECINF (1999/2003), também se constatou que mesmo em momentos de crescimento da economia a informalidade se fazia presente, o que valida a confirmação de que esta é algo inerente à dinâmica capitalista.

Portanto, acreditar no fim da informalidade é pensar equivocadamente, pois diante dos números mostrados, a percepção que se tem é que o trabalho informal possui cada vez mais parcelas maiores dentro do movimento capitalista de produção. Como visto no capítulo dois, estando de acordo com Souza (1980) o sistema tem o poder de criar, destruir e recriar os espaços econômicos que lhe são convenientes.

Esse crescimento da informalidade brasileira mostra que a maioria dos trabalhadores que exercem as atividades informais não possuem grau de instrução favorável a eles, muitos

desses trabalhadores nunca se quer frequentaram uma escola antes, isso implica dizer que essa situação pode contribuir para o processo de degradação do trabalho, uma vez que, sejam eles trabalhadores por conta própria ou empregados sem carteira assinada, sem um melhor grau de instrução eles se tornam limitados a terem uma visão crítica das condições de trabalho que estão sendo submetidos pelo sistema capitalista, muitos desses trabalhadores executam suas atividades apenas com a finalidade de no final do mês obter uma renda que lhes permitam se alimentar.

Com o avanço dos números de trabalhadores informais percebe-se que quanto maior a entrada de pessoas no meio informal mais degradante se torna os seus rendimentos médios. Isso permite dizer que a tendência da informalidade está cada vez mais associada aos interesses e exploração do capital, restando apenas ao trabalhador a parte mínima de sobrevivência. Esses são a cada dia engolidos pelo processo de acumulação do capital, e cada vez mais estão submetidos a viverem de forma precária e desvalorizada nessa dinâmica. Quanto mais se tem baixos rendimentos, mais rico se torna o grande capital.

Portanto, em confirmação ao que já foi dito, e em resposta a hipótese levantada, o trabalho informal é altamente intrínseco ao capital, e cada vez mais existe a complexidade de avaliar, definir, mensurar e qualificar os processos informais, devido à heterogeneidade que este apresenta em suas formas de atuação. O que se percebe é que com a sua tendência prevalecente e crescente, a precarização do trabalho se tornará cada vez mais presente na sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9 ed. São Paulo: Cortez; Campinas SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2002.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista:** a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. J. Zahar, Rio de Janeiro: Guanabara, 1981
- CACCIAMALI, M. C. **Globalização e processo de informalidade.** 2000.
- _____. **O Setor Informal Urbano e Formas de Participação na Produção.** São Paulo: Ed. IPE, 1982.
- CUT, Central Única dos Trabalhadores. **O trabalho informal no Brasil.** 1998. Disponível em: www.cut.org.br/a50110.htm. Acesso em 05 maio 2014.
- DRUCK, G; AMARAL, M. Trabalho, Precarização e Resistências: **Caderno CRH**, Salvador, n. spc. 01, p. 37-57, 2011.
- FEIJO, C.A. Desvendando a heterogeneidade do setor informal brasileiro: uma contribuição à discussão de políticas públicas de combate a informalidade. **Revista de Economia Contemporânea.** Rio de Janeiro, v.13. n.2. p. 329-354. 2011.
- HAESBAERT, R. **Blocos internacionais de poder.** Leste europeu e comunidade econômica europeia o Japão e os “Tigres” asiáticos uma nova divisão internacional do trabalho. São Paulo: Contexto, 1994. p. 53-84
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Economia Informal Urbana.** Rio de Janeiro: IBGE, 1997.
- _____. **Economia Informal Urbana.** Rio de Janeiro: IBGE, 2005.
- _____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: junho/2014.
- KATZ, C; COGGIOLA, O. **Neoliberalismo ou crise do capital?** Rio de Janeiro: Xamã, 1995. 266 p.
- KJELD, J; MARTINS, R; DOMBROWSKI, O. (Org.) **Mapa do trabalho informal:** perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996.
- KREIN, J. D; PRONI, M. W. **Economia Informal:** Aspectos Conceituais e Teóricos. Brasília: OIT 2010.
- LESSA, S. **Serviço Social e Trabalho:** Porque o Serviço Social não é Trabalho. 2. ed. São Paulo: Revista e Ampliada: Instituto Lukács, 2012.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução de Regis Barbosa e Flávio Kother. São Paulo: Nova Cultura, 1996. v.1.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução de Regis Barbosa e Flávio Kother. São Paulo: Nova Cultura, 1996. v.2.

_____. **Capítulo VI (Inédito) de O Capital**. Tradução de Eduardo Sucupira. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. **A OIT e a Economia Informal**. Escritório em Lisboa, 2006. Disponível em: <http://www.ilo.org>. Acesso em 06 março 2014.

POCHMANN, M. Terceirização do trabalho. **Revista Fórum**. Ed. 104, 2012. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/marciopochmann/2012/01/11/terceirizacao-do-trabalho>. Acesso em 04 junho 2014.

_____. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego, e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999.

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SOARES, M. A. T. **Trabalho Informal**: da Funcionalidade à Subsunção ao Capital. Vitória da Conquista. Ed. UESB, 2008.

SOUZA, P. R. **A determinação dos salários e do emprego nas economias atrasadas**. Tese de Doutorado. IFCH: UNICAMP. Campinas, 1980.

SINGER, P. **Globalização e Desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1996.

TAVARES, M. A. Trabalho informal: os fios (in)visíveis da produção capitalista. **Revista Outubro**, n.7. São Paulo, 2002.

THEODORO, M. As características do mercado de trabalho e as origens do informal. In: JACCOUD, Luciana. (Org.). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. cap. 3. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br> . Acesso em: 2 mar. 2013.

ZEBRAL FILHO, S. T. B. **Globalização, Desemprego e Desigualdade**: Evidências, Mitos e Desafios do Mercado de Trabalho Brasileiro. CRUB, 1998. Disponível em: < <http://biblioteca.clacso.edu.ar/> >. Acesso em: 23 mar. 2013.